



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL/DF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 11/2022

ABERTURA: 24/10/2022 ÀS 14:00 HRS

**OBJETO:** *Registro de preços para eventual aquisição de veículos para atendimento das demandas das unidades do sistema socioeducativo da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL (Sejus-DF), para o período de 12 meses.*

Sr. (a). Pregoeiro (a),

A **RENAULT DO BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.913.443/0001-73, com endereço na Avenida Renault, nº 1.300, Roseira de São Sebastião, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, doravante denominada **RENAULT**, por seu procurador infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar seu **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em referência, nos seguintes termos:

## I. INTRODUÇÃO

A **RENAULT** teve acesso ao Edital e constatou que, tal como formulada a licitação, **haverá enorme restrição do universo de ofertantes**, por desatendimento a diversos dispositivos das Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, as quais tem aplicação subsidiária à modalidade de Pregão.

Tal vício do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a higidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A **RENAULT** pede vênia para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

## II. TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 24 de outubro de 2022, às 14h00 min, sendo o prazo e as normas para impugnação regulamentados pelo artigo 12 do Decreto nº 3.555/00, nos seguintes termos:

**RENAULT DO BRASIL S/A**

Av. Renault, 1300  
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR  
Tel: +033 (11) 2184-8379  
www.renault.com.br



*“Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.”*

Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a data fixada para abertura das propostas, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

### III. DOS ESCLARECIMENTOS

#### DA GARANTIA – ITENS 03/04

O edital exige em sua especificação : *18.1. os veículos deverão dispor de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data do recebimento definitivo.*

Ocorre que, como a grande maioria das Montadoras, a Requerente possui em seu veículo garantia conforme informado no Manual de 12 (doze) meses.

Visto ser uma garantia comum no segmento solicitado e sempre muito aceito pelos órgãos públicos, pois o custo da garantia maior onera o processo, solicita-se esclarecimento se poderá ser aceita a garantia de fábrica de 12 (doze) meses ou 100 mil quilômetros.

### IV. DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS

#### DO PRAZO DE ENTREGA – ITENS 03/04

O edital exige em sua especificação: *11.1. a entrega dos veículos deverá ser realizada com prazo de entrega de até 150 (cento e cinquenta) dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato, em remessa parcelada.*

Ocorre que tal exigência impede tanto a Requerente quanto inúmeras Montadoras de participar deste certame, tendo em vista que o tempo de montagem

**RENAULT DO BRASIL S/A**  
Av. Renault, 1300  
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR  
Tel: +033 (11) 2184-8379  
www.renault.com.br



final demanda um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos para que o procedimento de aquisição, preparação, complementação de acessórios exigidos em Edital e efetiva entrega dos veículos no órgão demandante.

É fato notório que estamos passando por um momento crítico mundial, o qual assim como os demais, nosso país adotou medidas de isolamento social para evitar o colapso e a propagação da contaminação, tendo como consequência a demora na produção e até mesmo ausência de peças para os veículos.

Sendo assim, há entendimentos doutrinários que a pandemia do *coronavírus* também se enquadra nos conceitos de caso fortuito e força maior previstos em lei, hipóteses em que, mesmo havendo o cumprimento diferenciado da obrigação por uma das partes, esta não responde por eventuais inconvenientes causados à outra. Com efeito, a pandemia configura "fato necessário, ou seja, algo superveniente e inevitável, fora da programação, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir", nos exatos termos do parágrafo único do art. 393, do Código Civil.

A pandemia deve ser tratada e considerada como um caso extraordinário, o que necessita muitas vezes de medidas drásticas e inéditas a que estão sendo submetidas as pessoas físicas e jurídicas, pois, a cada dia, novas disposições, normas e regras são editadas pelo Poder Público, surpreendendo e afetando diretamente as atividades empresariais e de toda a economia, mas sempre priorizando o bem de todos.

Sendo assim, requer-se a alteração do prazo de entrega de 150 (cento e cinquenta) dias para 180 (cento e oitenta) dias.

## V. DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, **requer-se:**

- a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
- b) O esclarecimento se poderá ser aceita a garantia de fábrica de 12 (doze) meses ou 100 mil quilômetros.
- c) A alteração do prazo de entrega de 150 (cento e cinquenta) dias para 180 (cento e oitenta) dias.

**RENAULT DO BRASIL S/A**  
Av. Renault, 1300  
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR  
Tel: +033 (11) 2184-8379  
www.renault.com.br



Por fim, aguardando pelas providências cabíveis, bem como pela republicação do Edital para a nova data, incluindo-se as alterações solicitadas (artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93), coloca-se à disposição para esclarecimentos complementares que eventualmente entenderem necessários, por meio do endereço eletrônico [renault.licitacoes@gvp.net.br](mailto:renault.licitacoes@gvp.net.br) ou telefone (41) 98843-3212.

Termos em que,

Espera deferimento.

São José dos Pinhais/PR, 18 de outubro de 2022

**THAISE CRISTHIE SELBACH SCHMIDT**  
CPF/ME nº 091.974.509-10 / OAB/PR nº 93.982

**ANA JÉSSICA BÜTTNER DA SILVA**  
CPF/ME nº 088.642.799-11 / OAB/PR nº 83.849

**RENAULT DO BRASIL S.A**  
Fone: (41) 98843-3212 – [renault.licitacoes@gvp.net.br](mailto:renault.licitacoes@gvp.net.br)

**RENAULT DO BRASIL S/A**

Av. Renault, 1300  
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR  
Tel: +033 (11) 2184-8379  
[www.renault.com.br](http://www.renault.com.br)

JOY

RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ 00.913.443/0001-73  
NIRE 41300014795, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2019  
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

**I - DATA, HORA E LOCAL:** aos 29 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às 11:00 horas, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

**II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

**III - QUORUM:** presente a totalidade dos acionistas da Sociedade.

**IV - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente da Mesa Joaquim Ferraz Martins Filho e Secretária: Maria Helena Venetikides.

**V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; 2) Deliberar sobre o destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; 3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração; 4) Extinção do Conselho de Administração com a consequente atribuição de seus poderes à Diretoria da Sociedade ou devolução de sua competência à assembleia Geral de Acionistas. 5) Eleição de novos membros da diretoria. 6) Consolidação do Estatuto Social.

**1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018.**

Apresentadas as contas pelo Presidente da mesa, foram aprovadas, por unanimidade, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Metrópole de São José dos Pinhais no dia 26/04/2019.

**2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018;**

Foram aprovados, por unanimidade, o relatório de administração e o resultado do exercício de 2018, tendo sido apurado o lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2018 no valor de **R\$ 335.035.449,31 (trezentos e trinta e cinco milhões, trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos)**. Os acionistas aprovaram, por unanimidade a seguinte destinação:

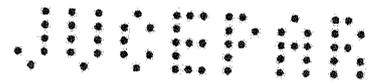
- a) **R\$279.286.405,67** (duzentos e setenta e nove milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e sete centavos) à Reserva para Subvenção de investimentos; e
- b) **R\$55.749.043,64** (cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos) à conta de lucros e prejuízos acumulados.

Aprovaram também, por unanimidade os acionistas, que o saldo existente nas contas de Reserva de Lucros, no valor de **R\$99.214.501,45** (noventa e nove milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e um real e quarenta e cinco centavos), e Reserva Legal no montante de **R\$51.309.130,45** (cinquenta e um milhões trezentos e nove mil cento e trinta reais e quarenta e cinco centavos) também sejam destinados à conta de lucros e prejuízos acumulados.

**3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração.**

Proposta pelo presidente da mesa a fixação do montante global e remuneração dos membros da administração, por unanimidade, aprovou-se para o exercício social, incluindo benefícios e verbas de representação, o pagamento de uma remuneração global e anual, aos Administradores da Diretoria, de até **R\$9.000.000,00** (nove milhões de reais) a ser distribuída aos membros da Diretoria, por deliberação do Diretor Presidente.





Retificar o montante global e remuneração dos membros da administração do, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, para o montante de R\$8.548.618,56 (oito milhões quinhentos e quarenta e oito mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

**4) Extinção do Conselho de Administração com a consequente atribuição de seus poderes à Diretoria da Sociedade ou devolução de sua competência à assembleia Geral de Acionistas.**

Com o objetivo de simplificar e agilizar o funcionamento da sociedade, aprovam por unanimidade os acionistas extinguir o Conselho de Administração, com a consequente alteração do Estatuto Social e a renumeração de seus artigos.

As antigas competências e as atribuições do Conselho de Administração ora extinto passam a ser exercidas, conforme descritas no Estatuto Social que já ajustado às deliberações aprovadas nesta assembleia abaixo.

**5. Renúncia de diretores.**

5.1. Em 01/02/2019 foi apresentada a renúncia do Diretor Financeiro **Jorge Luis Leverone**, argentino, CPF/MF nº. 699.738.657-15, o que foi aceito pelos sócios, que agradeceram pelos bons serviços prestados à sociedade.

5.2. Foi apresentada a renúncia do Diretor Presidente **Luiz Fernando Pedrucci Araújo**, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 246.423.928-31, o que foi aceito pelos sócios, que agradeceram pelos bons serviços prestados à sociedade.

**6. Eleição de novos membros da diretoria.**

Foi apresentado novos membros para a Diretoria, o qual foi aprovado por unanimidade pelos sócios, ratificando os atos praticados desde o início de seus mandatos.

**PARA O CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE: Ricardo Yuji Gondo**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG 15.488.790-0 e CPF 161.337.248-54, com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo.

**PARA O CARGO DE DIRETOR FINANCEIRO: Sebastian Parra Velez**, colombiano, casado, especialista em finanças corporativas, RNM F050453Z e CPF 801.035.999-83, com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo.

Nos termos do art. 147, § 1º. da lei das Sociedades por Ações, os diretores ora eleitos declaram não ter praticado qualquer ato que os impeça de desempenhar cargo eletivo em qualquer Sociedade.

Assim, a diretoria da sociedade fica composta da seguinte forma, com vigência até 29 de abril de 2022:

1. **DIRETOR PRESIDENTE: Sr. RICARDO YUJI GONDO**, brasileiro, casado, RG: 15.488.790-0, CPF/MF nº. 161.337.248-54.
2. **DIRETOR VICE-PRESIDENTE COMERCIAL: Sr. ALEJANDRO BOTERO ESCOBAR**, colombiano, casado, CPF/MF Nº 060.544.697-03.
3. **DIRETOR FINANCEIRO: Sr. SEBASTIAN PARRA VELEZ**, colombiano, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro - Registro Nacional Migratório n. F050453Z, CPF/MF nº. 801.035.999-83.
4. **DIRETOR DE FABRICAÇÃO: Sr. CARLOS HENRIQUE RODRIGUES ALVES CARRINHO**, brasileiro, casado, RG 14.557.739-9 e CPF/MF 084.952.578-07.
5. **DIRETOR: PABLO LUIS SIBILLA**, argentino, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro - Registro Nacional de Estrangeiro n. ° V311045-V, CPF/MF n.º 009.050.099-55.

Todos com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo, com exceção do Vice-Presidente Comercial Alejandro Botero Escobar, com domicílio na Rua Fidêncio Ramos, 223, 10º andar, São Paulo, estado de São Paulo.

**7. DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:**

JUCEPAR

10 05 19

**7. DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:**

**ESTATUTO SOCIAL DA RENAULT DO BRASIL S.A.**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

- Artigo 1º -** Sob a denominação de Renault do Brasil S.A., fica constituída uma sociedade por ações que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.
- Artigo 2º -** A sociedade tem sua sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País, ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria.
- Artigo 3º -** A sociedade tem por objeto:
- a) a fabricação e a montagem de veículos automotores;
  - b) a fabricação de equipamentos, peças e acessórios para veículos automotores;
  - c) compra, venda, importação, exportação, industrialização e armazenagem de matérias primas destinadas à fabricação de veículos, partes e peças;
  - d) a prestação de serviços de logística, armazenagem de veículos, peças, acessórios, equipamentos, embalagens, material promocional e de consumo do ramo automotivo;
  - e) o desenvolvimento das atividades auxiliares à indústria e à comercialização de veículos automotores;
  - f) o comércio, importação e exportação de veículos automotores, seus equipamentos, peças, acessórios, máquinas e insumos utilizados direta e/ou indiretamente na produção e/ou manutenção de veículos automotores, e de serviços pós-venda;
  - g) a prestação dos serviços de assistência técnica e de manutenção relacionados aos veículos, peças, partes, equipamentos e acessórios comercializados pela Sociedade;
  - h) a locação de veículos automotores;
  - i) envasamento e empacotamento sob contrato (CNAE 8292-0/00);
  - j) a representação, dentro e fora do País, de outras sociedades civis ou comerciais;
  - k) participação em outras sociedades, industriais, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.
- Artigo 4º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

**CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL**

- Artigo 5º -** O Capital Social da empresa é de R\$ 2.398.236.842,47 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos), dividido em 807.562.019.093 (oitocentos e sete bilhões, quinhentos e sessenta e dois milhões, dezenove mil, noventa e três) ações nominativas, sendo 670.331.224.178 (seiscentos e setenta bilhões, trezentos e trinta e um milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e oito) ações ordinárias e 137.230.794.915 (cento e trinta e sete bilhões, duzentos e trinta milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e quinze) ações preferenciais, todas sem valor nominal, que serão indivisíveis e poderão ser representadas por títulos múltiplos ou singulares, que serão assinados por dois Diretores.

§ 1º - Cada ação ordinária atribuirá a seu detentor direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas.

§ 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas terão as seguintes preferências e prerrogativas:

- (a) percepção de dividendos 10% superiores aqueles distribuídos às ações ordinárias;

REUNIAO

- (b) prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade;
- (c) direito de voto, no caso da sociedade deixar de distribuir o dividendo mínimo durante três exercícios consecutivos, faculdade que conservarão até o efetivo pagamento, observado o disposto no Artigo 27, abaixo; e
- (d) direito de comparecer à Assembleia Geral de Acionistas, discutindo as matérias dela objeto, mas sem direito a voto.

§ 3º - A sociedade poderá criar classes de ações, por deliberação da Assembleia Geral, com vantagens distintas das ações existentes.

**Artigo 6º -** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações ou outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, observados os tipos e classes de ações que cada acionista detenha, sendo ressalvada à Diretoria a faculdade de oferecer aos demais acionistas as ações correspondentes aos acionistas que, por escrito, desistirem do exercício de sua preferência, ou que, decorrido o prazo deste, não tenha exercido a preempção, ou, ainda, que, consultados, não se manifestarem dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da consulta.

**Parágrafo Único -** O acionista que, a partir da data da aprovação deste Estatuto, subscrever ou adquirir ações e não efetuar o pagamento das integralizações correspondentes nos prazos convencionados ficará, de pleno direito, constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor daquelas entradas ou prestações.

### CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

**Artigo 7º -** As Assembleias Gerais de Acionistas serão realizadas, ordinariamente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade assim o exigirem.

**Artigo 8º -** As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Presidente, ou na ausência deste por seu Vice-Presidente ou ainda por um dos demais Diretores estatutários.

§ 1º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

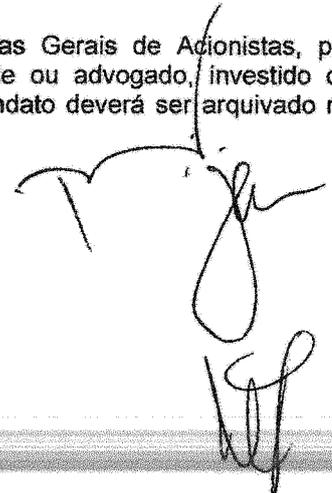
§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

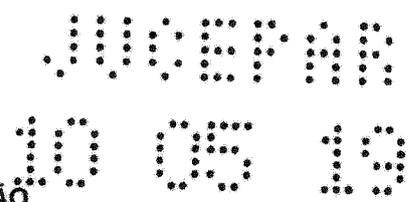
§ 3º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social ou em lei, serão tomadas pela maioria absoluta dos acionistas com direito a voto, presentes à Assembleia Geral.

§ 4º - Se todos os acionistas estiverem presentes à Assembleia Geral de Acionistas, poderá ser dispensada sua convocação prévia e, mediante consentimento dos presentes, outras matérias poderão ser incluídas na ordem do dia, além daquelas originalmente previstas.

**Artigo 9º -** As Assembleias Gerais de Acionistas serão presididas pelo Diretor Presidente, ou na ausência deste pelo Diretor Vice-Presidente, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao presidente da assembleia cabe a escolha do secretário.

**Artigo 10 -** Os acionistas poderão ser representados, nas Assembleias Gerais de Acionistas, por procurador, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado, investido de poderes especiais, cujo correspondente instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da sociedade.





#### CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

- Artigo 11 -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 04 (quatro) membros residentes no País, acionistas ou não, dispensados de prestar caução, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Comercial, um Diretor Financeiro e um Diretor Fabricação e os demais quando houver, Diretores eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Os diretores poderão ser, a qualquer momento, destituídos de seus cargos por deliberação de acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto.
- § 1º - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor que vier a ser designado pelo próprio Diretor Presidente ou, na ausência de designação, por um dos Diretores, na seguinte ordem: Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, ou Diretor de Fabricação.
- § 2º - O Diretor Vice-Presidente e os Diretores serão substituídos em suas ausências ou impedimentos pelo Diretor que vier a ser designado pelo Diretor Presidente.
- § 3º - Ocorrendo vacância definitiva na Diretoria, novo membro será designado pela Assembleia Geral e terá todos os direitos do Diretor substituído, inclusive o de voto nas reuniões, exercendo o cargo pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. Caso, em virtude da vacância definitiva, o número de diretores passe a ser inferior ao previsto no caput do art. 11, será convocada no menor tempo possível Assembleia Geral de acionistas para eleger novo membro.
- § 4º - É obrigatória a eleição para os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, e Diretor de Fabricação.
- § 5º - Com exceção da hipótese de destituições feitas expressamente, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos diretores eleitos.
- Artigo 12 -** A representação da Sociedade perante terceiros deve ser feita: (i) através da assinatura de dois diretores; (ii) um diretor em conjunto com um procurador ou, ainda, (iii) dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes de representação, e incluem, mas não se restringem a:
- Fixar a orientação geral dos negócios, coordenar e supervisionar todas as atividades da Sociedade, exercendo os poderes gerais de administração;
  - deliberar sobre a criação, extinção e transferência de filiais, agências e representações em quaisquer praças do País ou do Exterior, observadas as disposições legais e regulamentares atinentes à matéria; bem como a participação em outras Sociedades ou empreendimentos, obedecidos os preceitos legais.
  - aprovar a distribuição de dividendos mencionada nos artigos 18 e 19, deste Estatuto;
  - deliberar sobre a apresentação à Assembleia Geral de propostas sobre aumentos de capital e alteração deste Estatuto;
  - decidir sobre atos cuja competência não esteja definida no presente Estatuto e não seja exclusiva da Assembleia Geral;
  - transigir, celebrar acordos, desistir e renunciar direitos, prestar caução;
  - aprovar os atos de aquisição, alienação ou constituição de ônus sobre bens móveis, imóveis e direitos da sociedade, envolvendo, dentre outros, marcas registradas; conhecimentos técnicos; tecnologia; equipamentos; máquinas; imóveis e bens correlatos;
  - deliberar sobre a outorga de Fiança aos Empregados da empresa, nas relações locatícias que tenham que contratar, como decorrência de sua relação com a sociedade e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
  - organizar, dirigir e fiscalizar toda a parte administrativa, financeira e operacional da

REUNIAO

Ordinaria

sociedade;

- j) propor à Assembleia Geral o orçamento anual de receita, despesa e investimento;
- k) organizar e apresentar, anualmente à Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Diretoria;

**§ 1º Compete ao Diretor Presidente:**

- a) presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria;
- b) representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- c) superintender as atividades da sociedade;
- d) coordenar as funções do Diretor Vice-Presidente Comercial e dos demais Diretores.
- e) Fixar o critério de distribuição da participação e percentagem à Diretoria, assim como, estabelecer o rateio dos honorários fixados globalmente pela Assembleia Geral, na forma do artigo 152, da Lei nº 6404/76, e fixar a remuneração dos Diretores;

**§ 2º Compete ao Diretor Vice-Presidente:**

- a) auxiliar o Diretor Presidente em suas atribuições;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria, na ausência do Diretor Presidente;
- c) supervisionar o funcionamento operacional ordinário da empresa, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente;
- d) desempenhar e encarregar-se das funções atribuídas pelo Diretor Presidente.

**§ 3º Compete aos Diretores** desempenhar e encarregar-se das funções que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, ou, nas suas ausências.

**Artigo 13 –** Não obstante o previsto no caput do artigo 12, os poderes conferidos à Diretoria que criarem responsabilidade para a sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, desde que observado o disposto nos §§ 1º e 2º abaixo deste artigo, poderão ser exercidos mediante assinatura de:

- 1 (um) Diretor em conjunto com um Procurador; ou
- 2 (dois) Procuradores em conjunto.

**§ 1º** Em casos especiais, certos e determinados, mediante deliberação aprovada previamente em Reunião de Diretoria, a Empresa poderá ser representada por um só membro da Diretoria ou por um só procurador;

**§ 2º** Os procuradores serão sempre nomeados através de procuração assinada por dois Diretores, devendo obrigatoriamente os respectivos instrumentos especificar: **a)** os atos que poderão ser praticados; **b)** os valores máximos de competência; **c)** em conjunto com quem os procuradores poderão assinar; e **d)** o prazo de validade da procuração.

**§ 3º.** O procurador com poderes da cláusula "ad-judicia" agirá em conjunto ou isoladamente e será constituído na forma do disposto no parágrafo anterior;

**§ 4º.** Com exceção do mandato judicial, todos os demais instrumentos de procuração deverão ter prazo máximo de vigência de dois anos.

**Artigo 14 -** A Diretoria se reunirá sempre que assim o exigirem os negócios e interesses sociais, consignando em livro próprio o que for deliberado na ocasião, pela maioria presente, cujo "quórum" mínimo será a maioria dos seus membros eleitos em exercício.



JULIANE  
10 05 19

#### CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

- Artigo 15 -** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no País.
- § 1º O Conselho Fiscal apenas funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem sua instalação, sendo a Assembleia Geral de Acionistas competente para eleger e destituir seus membros e fixar sua remuneração.
- § 2º O Conselho Fiscal terá, quando em funcionamento, os poderes e atribuições que a Lei lhe confere, sendo que o regulamento interno do mesmo será estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas que tiver solicitado sua instalação.

#### CAPÍTULO VI - DO ANO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

- Artigo 16 -** O exercício social corresponderá ao ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

- Artigo 17 -** Ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da sociedade, as seguintes demonstrações financeiras:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração de lucro ou prejuízos acumulados;
- III - declaração dos resultados;
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º - A Diretoria deverá submeter às demonstrações financeiras da sociedade à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, no prazo de, no máximo, 4 (quatro) meses a contar do final do exercício social a que se referem.

§ 2º - Os Órgãos da Administração da sociedade apresentarão à Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras bem como uma proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observadas as disposições legais e estatutárias.

§ 3º - Os livros da sociedade serão examinados por auditor independente.

§ 4º - A sociedade poderá preparar balanços intermediários ou intercalares a qualquer tempo, e, com base nesses balanços, distribuir dividendos.

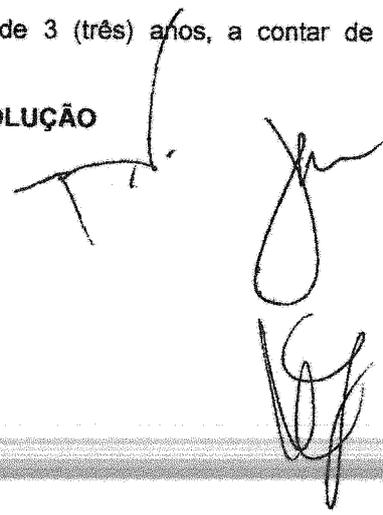
- Artigo 18 -** Os lucros líquidos, apurados conforme previsto em lei, terão a seguinte destinação:
- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
  - b) 5% (cinco por cento) para distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, observado o Artigo 20, abaixo e
  - c) o saldo terá a destinação que lhe for atribuída pela Diretoria, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

**Parágrafo Único -** O pagamento de dividendos deverá ser determinado no prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da declaração de dividendos em Assembleia Geral de Acionistas.

- Artigo 19 -** A Assembleia Geral de Acionistas poderá, por proposta da Diretoria, constituir reservas adicionais conforme o previsto em lei.

- Artigo 20 -** Os dividendos não reclamados dentro do período de 3 (três) anos, a contar de sua disponibilidade, reverterão em benefício da sociedade.

#### CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO



10 Tabelião

São José dos Pinhais

de Acionistas.

**Parágrafo Único** - Competirá à Assembleia Geral de Acionistas indicar o liquidante, fixar a sua remuneração, estabelecer a forma de liquidação e nomear o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação."

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Lavrada a presente Ata, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº 6.404/76, foi lida, achada conforme e por todos assinada, autorizou-se, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.

**ASSINATURAS:**

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

Renault S.A.S.  
p.p. Joaquim Ferraz Martins Filho

Agência de Fomento do Estado do Paraná S.A

10 Tabelionato de Notas de São José dos Pinhais - PR

Rua Isabel A Regenerata, 2230, Centro  
São José dos Pinhais - PR - CEP 83045-010  
Fone (41) 3289-2800 - (41) 3382-1244  
www.daltoncordeiro.com.br

**DALTON CORDEIRO - Tabelião**

Selo nº XRjxx . PVjPa . JEZPU - VaaCf . ycnJ2

Valide este selo em <http://fomerpa.com.br>

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:

[7ZZRnF31] - JOAQUIM FERRAZ MARTINS FILHO.....

[7ZZRncU5] - MARIA HELENA VENETIKIDES DURIGAN.....

da verdade. São José dos Pinhais, 30 de Abril de 2019

Em testemunho

060-LEIA REGINA BICUDO-ESCREVENTE-LRB

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

048/PR 18.985

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/05/2019

SOB NÚMERO: 20191025070

Protocolo: 19/102507-0, DE 09/05/2019

Empresa: 41 3 0001479 5

RENAULT DO BRASIL S.A. COMERCIAL

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA

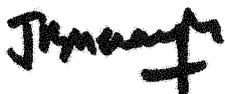
SECRETARIO GERAL

10 05 19

**POUVOIR**

Par le présent mandat sous seing privé, **RENAULT S.A.S.**, société constituée conformément aux lois françaises, dont le siège social est situé au 13-15, Quai Alphonse Le Gallo, 92100 Boulogne-Billancourt, dans cet acte représentée par **Jean-Benoît Devauges**, en sa qualité d'actionnaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, désigne comme mandataires **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brésilien, marié, avocat, porteur de la Carte d'Identité numéro 9109831-2 – SSP/SP, inscrit au CPF/MF sous le numéro 091.243.338-83, et **Maria Helena Venetikides Durigan**, brésilienne, mariée, avocate, inscrite à l'OAB/PR numéro 18.985 et au CPF/MF numéro 721.262.649-04, tous ayant leur adresse professionnel au 1300, Avenue Renault, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Etat du Paraná, et leur donne les pouvoirs nécessaires pour qu'ils puissent agir au nom de **RENAULT S.A.S.**, individuellement ou conjointement, aux fins exclusives de l'Assemblée Générale Ordinaire et Extraordinaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, qui aura lieu le 29 d'avril 2019. Les mandataires pourront représenter la société et assumer toutes les obligations relatives aux délibérations sur les sujets inclus dans l'ordre du jour, avec facultés de voter les sujets en question, ainsi que d'examiner, de discuter et délibérer. Les mandataires pourront voter lors de la dite Assemblée, signer le registre de présence des actionnaires ainsi que le procès-verbal, et pourront encore exclusivement recevoir toutes assignations et citations éventuelles concernant le présent mandat.

Boulogne-Billancourt, le 25 avril 2019.



**RENAULT S.A.S.**  
**Jean-Benoît Devauges**

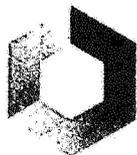
**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato, **RENAULT S.A.S.**, sociedade constituída conforme as leis francesas, com sede no Quai Alphonse Le Gallo, 92100 de Boulogne-Billancourt, representada por **Jean-Benoît Devauges**, na qualidade de sócia da **RENAULT DO BRASIL S/A**, nomeia e constituiu seus bastantes procuradores **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 9109831-2 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 091.243.338-83; e **Maria Helena Venetikides Durigan**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 18.985 e no CPF/MF sob nº. 721.262.649-04, todos com endereço profissional na Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, outorgando-lhes poderes bastantes para agir, em conjunto ou individualmente em nome da **RENAULT S.A.S.**, exclusivamente na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da **RENAULT DO BRASIL S/A**, a realizar-se em 29 abril de 2019. Os outorgados poderão representar a companhia e assumir todas as obrigações relativamente às deliberações das matérias constantes na ordem do dia, tais como examinar, discutir assuntos constantes da mesma. Os outorgados recebem, ainda, poderes para votar, assinar atas em geral, podendo ainda, exclusivamente para esta finalidade, receber citações.

Boulogne-Billancourt, 25 de abril de 2019.



**RENAULT S.A.S.**  
**Jean-Benoît Devauges**



**Fomento  
Paraná**

10 05



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.584.906/0001-99, com sede na Rua Comendador Araújo, 652 – 6º andar, Batel, nesta capital, gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Heraldo Alves das Neves, economista, portador do RG nº 4.035.436-0/PR, inscrito no CPF sob o nº 713.432.379-04.

**OUTORGADO:** **JUAREZ MIGUEL ROSSETIM**, brasileiro, portador do RG nº 1.842.550-5 PR, inscrito no CPF sob o nº 403.573.769-00, Diretor de Mercado da FOMENTO PARANÁ.

**PODERES:** Representar a Outorgante, na qualidade de acionista, perante a Renault do Brasil S/A, a realizar-se no dia 29.04.2019 às 11h00, na Avenida Renault, 1300 Borda do Campo, São Jose dos Pinhais PR podendo votar e deliberar sobre os assuntos em pauta, enfim, participar de todos os demais atos correlatos e que se fizerem necessários ao fiel desempenho deste mandato.

Curitiba, 29 de abril de 2019.

Heraldo Alves das Neves  
**Diretor- Presidente**

RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Renault do Brasil S.A. e Empresa Controlada...

CONTEXTO GERAL

Pelo segundo ano consecutivo, o mercado automobilístico brasileiro apresentou crescimento, com um aumento de 13,5% nos empacamentos em relação ao ano anterior. No mesmo período a Renault cresceu acima do mercado, com 28,5%.

A RENAULT EM 2018

Em 2018 a Renault atingiu a melhor marca de sua história em participação de mercado, graças ao sucesso do Renault Kwid, líder do segmento de entrada com 67.316 unidades empacadas.

Mãe líder em vendas de veículos elétricos no Brasil, a Renault anunciou o início da comercialização de veículos elétricos para o cliente final no Brasil. O Renault Zoe, veículo 100% elétrico de marca, já está disponível pelo preço sugerido de R\$ 149.900,00.

No último ano, a Renault também inovou ao lançar o K-Commerce, a melhor plataforma online para a compra de um automóvel. Na plataforma o cliente consegue realizar o financiamento, a pré-avaliação do usado e o pagamento por boleto, sem sair de casa.

O ano marcou conquistas importantes para o Complexo Ayrton Senna, fábrica da Renault em São José dos Pinhais. A CVP, Curitiba Veículos de Passado, atingiu a marca de 3 milhões de veículos fabricados.

fabricadas na CMO, Curitiba Motores. Veículo mais vendido pela Renault no país, o Sandero chegou a 1 milhão de unidades produzidas desde o seu lançamento em 2007.

Outra importante conquista foi a ótima colocação no "Guia Você S/A - As 150 melhores empresas para trabalhar", a 6ª oitava vez que a empresa participa deste seleto ranking.

INVESTIMENTOS: UMA NOVA FÁBRICA

Além do crescimento em market share, em 2018 a confiança da Renault no país foi mais uma vez comprovada, com a inauguração da quarta fábrica do Complexo Ayrton Senna, a Curitiba Injeção de Alumínio (CIA) e a ampliação da Curitiba Motores (CMO), resultado de um investimento total de R\$ 750 milhões.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Supondo o sucesso de 2017, em 2018 a Renault conquistou 14 prêmios, concedidos aos seus produtos, profissionais e ações socioambientais:

- \* Kwid foi eleito o "Carro até R\$ 35.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
\* Kwid foi eleito na categoria "Entrada" como o "Melhor Valor da Revenda - Autos", da agência Auto Informa;
\* Kwid venceu em quatro categorias no Ranking Fôlha-Mauá 2017: aceitação com etanol, consumo urbano com gasolina e consumo rodoviário com etanol e gasolina;
\* Kwid recebeu o "Selo Seleção Motor", na categoria carro até R\$ 45 mil, do site Motor 1;
\* Sandero R.S. 2.0 venceu como o melhor carro de passeio acima de 2.0 no prêmio Carasugi UAuto Preferênc;
\* Sandero R.S. 2.0 Racing Spirit foi eleito o "Esportivo até 350 cv" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
\* Sandero 1.0 2017 foi eleito o "Match até R\$ 30.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
\* Logan Argumento 2017 foi eleito o "Sedã até R\$ 35.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
\* Master foi eleito o utilitário com o "Maior Valor de Revenda" e também venceu na categoria "Furgão de Campa" para o Master, pela Agência Auto Informa;
\* A plataforma do-line K-Commerce venceu como "Marsa Digital" no prêmio Carro do Ano 2019 da revista Autoesporte e também na categoria "Varejo" no prêmio Top de marketing da ADOV-PR;
\* Liza Fernando Pedrucci foi eleito o "Presidente de Empresa do ano" no prêmio Personalidades Topview 2018;
\* Projeto Casa da Costura, programa de desenvolvimento de renda da Associação Borda Viva apoiado pelo Instituto Renault, venceu o XII Prêmio AEA de Meio Ambiente e Trabalho reconhecido como um dos empreendimentos mais sustentáveis e sociais segundo e The Green Organization Foundation, de Londres;
\* O Renault Experience foi o vencedor do 11º Prêmio Ozias Silva de Empreendedorismo

Sustentável, na categoria Economia.

\* Renault foi eleita a oitava melhor empresa para se trabalhar no "Guia Você S/A - As 150 melhores empresas para trabalhar".

RENAULT, 20 ANOS DE FABRICA NO BRASIL

Em 2018 a Renault comemorou 20 anos de fábrica no Brasil. Para celebrar essa importante data para a história da marca no país, diversos eventos foram realizados. Além do patrocínio à Maratona de Curitiba, a mais importante corrida de rua da cidade, a Renault também realizou no Complexo Ayrton Senna um evento para mais de 6 mil pessoas no dia 04 de dezembro, data de seu aniversário.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2018, o Instituto Renault completou 8 anos de existência. Desde sua criação, cerca de 700 mil pessoas já foram impactadas pelos projetos que são desenvolvidos em dois eixos: Mobilidade Sustentável e Indústria.

Fundado em 14 de setembro de 2010, o Instituto Renault terminou 2018 com a conclusão de um importante trabalho: o mapa social da região do bairro Borda do Campo, nos arredores do Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais. O mapa social é uma ferramenta ampla, utilizada para identificar o nível de desenvolvimento de um território, demandas, rede de serviços, tendências e oportunidades de investimentos.

Em 2019, o programa "O Trânsito é Eu", do eixo Indústria, inaugurou uma nova modalidade, promovendo educação para segurança no trânsito para crianças, um Programa de Paraná. Ao todo, já são oito municípios que contam com o programa: Curitiba, São José dos Pinhais, Maringá e Arapongas, no Paraná; Palmas (RS); além das cidades paulistas de São Bernardo do Campo, Santa Bárbara d'Oeste e São Paulo, capital.

Outro marco foi a conclusão do alvore zero, ou seja, nenhum resíduo das fábricas é encaminhado para aterro sanitário.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos aos fornecedores, concessionárias, bancos, acionistas e demais parceiros pela confiança depositada em nossa empresa, aos clientes que manifestaram sua preferência pelos nossos produtos e, principalmente aos colaboradores pelo esforço, competência, lealdade e dedicação, que asseguram o progresso do empreendimento.

São José dos Pinhais/PR, 31 de março de 2019. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em Milhares de Reais - R\$)

Table with 4 main columns: ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, and sub-columns for Notas explicativas, Controladora, and Consolidado for 2018 and 2017.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$)

Income Statement table with columns for 2018, 2017, and Consolidado, showing revenue, expenses, and profit.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$)

Table showing comprehensive results for 2018, 2017, and Consolidado, including net income and comprehensive income.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais - R\$)

Table showing changes in equity components for 2018, 2017, and Consolidado, including capital, reserves, and accumulated profits.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SEI 00400-00007-57/2022-18 / pg. 15 Impugnação Renault do Brasil (98020283)

RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

Continuação de página 1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

Table with 5 columns: Natureza das atividades, 2016, 2017, 2018, 2017. Rows include Atividades operacionais, Investimentos, and Financiamentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional
A Renault do Brasil S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Renault, 1300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma companhia anônima de capital fechado e parte integrante do Grupo Renault...

Nota explicativa 10 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos controlados;
Nota explicativa 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos;
Nota explicativa 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos;
Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 14 - mensuração de valor justo;
Nota explicativa 15 - teste de redução ao valor recuperável de ativos;
Nota explicativa 16 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos;
Nota explicativa 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 18 - mensuração de valor justo;
Nota explicativa 19 - instrumentos financeiros;
Nota explicativa 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 23 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 25 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 26 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 27 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 28 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 29 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 30 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 31 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 32 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 33 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 34 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 35 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 36 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 37 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 38 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 39 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 40 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 41 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 42 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 43 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 44 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 45 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 46 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 47 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 48 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 49 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 50 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 51 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 52 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 53 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 54 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 55 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 56 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 57 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 58 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 59 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 60 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 61 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 62 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 63 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 64 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 65 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 66 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 67 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 68 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 69 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 70 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 71 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 72 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 73 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 74 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 75 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 76 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 77 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 78 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 79 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 80 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 81 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 82 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 83 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 84 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 85 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 86 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 87 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 88 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 89 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 90 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 91 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 92 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 93 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 94 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 95 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 96 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 97 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 98 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 99 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;
Nota explicativa 100 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;

SEI 00400-00007-657/2022-18 (pg. 16)

Impugnação Renault do Brasil (98020283)

# RENAULT DO BRASIL S.A. & CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

### Continuação de página 3

#### 6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros negociados são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por motivo do resultado são mensurados pelo valor justo.

#### 7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 5).

Certos montantes comparáveis nas demonstrações do resultado foram atualizados, reclassificados, como resultado de uma mudança na política contábil. (Veja nota explicativa 5).

#### a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pela controladora.

No consolidado das demonstrações financeiras, foi eliminada a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas entre as empresas. A participação dos acionistas não controladores é apresentada detalhadamente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os lucros não realizados, relacionados às vendas de peças de reposição e acessórios da controladora para a sua controlada, não foram considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas devido à irrelevância do valor envolvido.

#### (f) Controlado

O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem influência sobre, os retornos variáveis advindos de seu investimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e parte da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### (g) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo segue mensurar qualquer participação de não-controladores no ativo líquido pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### (h) Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o investimento em controlada é contabilizado com o uso de esse método.

#### (i) Transações em moeda estrangeira

Saldos e transações em moeda estrangeira, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas devidas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registadas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por relação ao valor recuperável.

#### (j) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do grupo pelas taxas de câmbio no dia das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data de liquidação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes do conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

#### k. Receita operacional

O Grupo adota inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes são fornecidas abaixo. O efeito do reconhecimento inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 5.

#### 1. Benefícios de curto prazo a empregadas

Ompensas de benefícios de curto prazo a empregadas são reconhecidas como despesas de presente trabalho e sempre correspondente seja passado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha alguma obrigação presente legal ou contratual de pagar esse montante em função da atividade passada prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 2. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional é reconhecida no resultado como "Outras Receitas" quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas oriundas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo não tem qualquer obrigação presente legal ou contratual de devolver o valor recebido. Outras receitas e despesas operacionais (líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que foram compostas o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

#### 3. Receitas e despesas financeiras

- As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:
  - Receitas de juros;
  - Despesas de juros;
  - Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
  - Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
  - Perdas por valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
  - Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não inclui a receita);
  - Receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e adiado são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a correção de projetos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e aditados.

(f) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício e analisado após os impostos a pagar com relação ao período anterior.

O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pelo melhor estimado do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compreendidos somente se certos critérios forem atendidos.

(g) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os valores para fins de liquidação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como

despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão em que o Grupo seja capaz de reconhecer a reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro provável; e

\* Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias disponíveis não utilizados, no entanto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revertidos a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compreendidos somente se certos critérios forem atendidos h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada unitária. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

(i) Reconhecimento e mensuração

Item de imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como bens separados (componentes principais) de imobilizado.

Qualquer ganho e perdas no adorno de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(j) Custos subsequentes

Quais subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(k) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de item do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obtiverá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Tenores não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(l) Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na renovação de um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contrapartidas recebidas pelo contrato referentes ao arrendamento das partes referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo controla, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de termo contábil, então o ativo e o passivo são reconhecidos por seu montante igual no valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de capitalização incremental do Grupo.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual no menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incrementos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos do arrendamento efetuados são arrendamentos financeiros são ajustados como despesas financeiras e redução do passivo a seguir. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

k. Ativos Intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Identificação e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto do processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, dedução da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis limitadas são mensurados pelo custo, dedução da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros esperados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com água, gás, manutenção e partes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ativo não é amortizado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O custo a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das negociações comerciais do instrumento.

Um ativo financeiro é medido que seja um contrato a receber. O contrato tem um componente de ORA e um componente de dívida ao VJORA, sendo que o primeiro é medido ao valor justo, arrendado por um item não mensurado ao VJORA, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de cliente tem um componente significativo de benefício é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequentes

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Os instrumentos financeiros, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mensurado ao preço de mercado. Os instrumentos financeiros são classificados com base no seu propósito e no modelo de negócios para o qual os ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for reconhecido ao valor justo por meio do resultado.

\* seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento do principal e valor principal ou ativo.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJORA.

\* é o resultado de uma operação de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pelo valor de ativo financeiro; e

\* sua forma contratual geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em prazo.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJORA. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenderia os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJORA para se assegurar ou reduzir significativamente o desenvolvimento contábil que ocorrerá durante a vida útil do ativo.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócios, política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo realiza uma avaliação do modelo de negócios em que um ativo financeiro é medido em carteira por seu valor líquido melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as atividades são conduzidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de ativos financeiros, a maximização de seu valor de mercado por meio de juros, a conversibilidade entre a criação de ativos financeiros e a direção de passivos relacionados ou outros aspectos de caixa, ou a maximização do fluxo de caixa por meio da venda do ativo;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquela modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os ganhos do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos pagados ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos); e

- a frequência e o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

A transferência de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins desta avaliação, o "benefício" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. De "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco do crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelo outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia resultar no aumento ou no valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendesse essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- o pagamento antecipado é consistente com o caráter de pagamentos do principal e juros sobre o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal por vencer; e

- o pagamento antecipado é consistente com uma compensação adicional recebível pela execução de forma que ele não alteraria esse benefício. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- o pagamento antecipado é consistente com o caráter de pagamentos do principal e juros sobre o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal por vencer; e

- o pagamento antecipado é consistente com uma compensação adicional recebível pela execução de forma que ele não alteraria esse benefício. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- o pagamento antecipado é consistente com o caráter de pagamentos do principal e juros sobre o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal por vencer; e

- o pagamento antecipado é consistente com uma compensação adicional recebível pela execução de forma que ele não alteraria esse benefício. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- o pagamento antecipado é consistente com o caráter de pagamentos do principal e juros sobre o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal por vencer; e

- o pagamento antecipado é consistente com uma compensação adicional recebível pela execução de forma que ele não alteraria esse benefício. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- o pagamento antecipado é consistente com o caráter de pagamentos do principal e juros sobre o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal por vencer; e

- o pagamento antecipado é consistente com uma compensação adicional recebível pela execução de forma que ele não alteraria esse benefício. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- o pagamento antecipado é consistente com o caráter de pagamentos do principal e juros sobre o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal por vencer; e

- o pagamento antecipado é consistente com uma compensação adicional recebível pela execução de forma que ele não alteraria esse benefício. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- o pagamento antecipado é consistente com o caráter de pagamentos do principal e juros sobre o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal por vencer; e

- o pagamento antecipado é consistente com uma compensação adicional recebível pela execução de forma que ele não alteraria esse benefício. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

RENAULT DO BRASIL S.A. CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73



Continuação da página 3

casaram, ou quando o Grupo transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos...

O Grupo realiza transações em que transações reconhecidas no balanço patrimonial, mas mantém todos os substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nessas casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados...

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil líquido e a contrapartida paga (incluindo ativos transferidos que não transferiram o risco de perdas assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidar os ativos ou assumir o passivo correspondente.

m. Redução no valor recuperável (Impairment) Ativos financeiros não-derivativos Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018 Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos do contrato.

O Grupo mensura e reconhece perda por uma montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com zonas e receber de clientes e ativos do contrato são mensuradas e um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ar determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e se estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações relevantes e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadmissível quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização de garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O Grupo considera que um ativo de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à classificação globalmente aceita do "grupo de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que representam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa do período de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são estimadas e valor presente com base em todos os insucessos de caixa (em caso, a diferença entre o fluxo de caixa devido ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mantidos no VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros estiverem com problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor do instrumento; • quebra de cláusulas contratuais, tal como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desamparamento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e devedora do valor contábil bruto dos ativos. Para fluxos de dívida mensurados no VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em OPA.

Relevância do valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo avalia a política de crédito e o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma análise individual sobre a época e o valor do ativo com base na estimativa ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa de valor bruto. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos compromissos do Grupo para a recuperação de valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de Janeiro de 2018 Ativos financeiros não-derivativos Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros no valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva da perda por redução no valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • indicação de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/reorganização judicial; • mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores ou emissores; • o desamparamento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado O Grupo considera evidência da perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual quanto em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução no valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinham sido avaliados individualmente. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Para avaliar a perda por redução no valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utilizava tendências históricas do prazo da recuperação e dos valores de perdas incorridas, ajustadas para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução no valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considerou que não havia expectativa razoável de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução no valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a demonstração fosse

reconhecida objetivamente em um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução no valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(f) Ativos não financeiros Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fixos identificados, são mensurados a cada data de balanço para apontar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para fins de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, exceto aquelas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados e valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições atuais de mercado do valor do ativo no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo aliado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Provisões As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa real de impostos que reflete as condições atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de condições possíveis e suas respectivas probabilidades. As provisões são inicialmente para obrigações presentes (legais ou contratuais) resultante de eventos passados, ou que seja possível estimar os valores de forma confiável de cobrança após o evento provável.

A Companhia oferece garantia de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estimativas, tomando como parâmetro, médias históricas dos gastos incorridos, de acordo com as análises realizadas pelo departamento de garantia, as quais são revistas anualmente.

Ações para contingências e provisões com base na avaliação efetuada pelos consultores jurídicos e pela Administração da Companhia das possíveis perdas com os processos judiciais, incluindo do saldo de depósitos judiciais, quando existentes.

Provisões para contenciosos Provisões em princípio, a provisões com comissões e honorários concedidos para a consolidação de veículos de acordo com análises efetuadas pelo departamento comercial, as quais são revistas anualmente.

Capital social Ações ordinárias Custas adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações não reconhecidas como retornos de patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações serão contabilizados conforme o CPC 32 (IAS 12).

Ações preferenciais Ações preferenciais não negociáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa, ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um momento específico de instrumentos patrimoniais.

Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. Novas normas e interpretações ainda não efetivas Uma série de novas normas serão efetivas a partir de 1º de Janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 08 (R2) não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de adoção inicial.

CPC 08 (R2) Arrendamentos O Grupo deverá adotar o CPC 08 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de Janeiro de 2018. A companhia ainda não conduziu a mensuração dos efeitos da aplicação do CPC 08 (R2) nas demonstrações contábeis a partir de 01 de Janeiro de 2018.

O CPC 08 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. Um arrendado reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo do arrendamento que representa a sua obrigação de realizar pagamentos do arrendamento. Inicialmente estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece essencialmente a mesma, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 08 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(f) Arrendamentos em que o arrendatário O Grupo reconhece novos ativos e passivos em seus arrendamentos operacionais das instalações do arrendatário e a fábrica. A natureza dos despesas relacionadas a esses arrendamentos mudou porque o Grupo reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa direta do arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. Além disso, o Grupo não mais reconhecia provisões para arrendamentos operacionais que ele arrendava como empergo. O Grupo incluiu nas obrigações de arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento. O Grupo espera que a adoção do CPC 08 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de divórcio em um empréstimo.

Transição O Grupo pretende aplicar o CPC 08 (R2) inicialmente em 1º de Janeiro de 2018, utilizando o abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 08 (R2) será reconhecida com um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de Janeiro de 2018, sem utilização das informações comparativas.

O Grupo planeja aplicar o expedito prático com relação à definição do contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 08 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de Janeiro de 2018 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICP 03. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretadas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • IFRS 23/ICPC 22: Incertezas sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; • Características de Pré-Pagamento com Renuneração Negativa (Alterações na IFRS 18); • Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2) / IAS 28); • Alterações no Plano, Redução ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19); • Ciclo de medição, anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

Alterações nos referências à estrutura conceitual nas normas IFRS: • IFRS 17 Contratos de Seguro • Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Bancos Controladora Consolidado 2018 2017 2018 2017 Aplicação financeira 2.666.666 1.712.743 2.215.517 1.808.582

As aplicações financeiras são representadas, a saber, títulos de renda fixa, títulos de renda variável em CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com rentabilidade entre 36% a 102%.

10 Clientes

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Clientes nacionais, Clientes estrangeiros, and Abaixo demonstramos a movimentação do provisão para perdas por créditos esperados.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, e Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, e Saldo no final do exercício.

Em 2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em razão de uma cobrança vencida há mais de 180 dias, em conjunto com a análise histórica de perda por cliente, e a conclusão de que os créditos de valor e receber de partes relacionadas. Em 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 48, o qual passou a seguir a política abaixo.

Provisão para perdas de créditos esperados (Política a partir de 1º de Janeiro de 2018) A restrição das contas a receber passa a abranger duas áreas: • a importância com base nas perdas históricas (materializadas); reconhecimento no perdas realizadas em dívidas divididas, comprometidas ou incorridas, identificadas individualmente; • a importância das perdas esperadas em recebíveis similares (novos), sem indicadores de pagamento em atraso.

No entanto, o Grupo decidiu aplicar essas novas provisões somente do reconhecimento de uma perda adicional por redução no valor recuperável em recebíveis similares não pertencentes ao Grupo. As perdas esperadas incluem o risco de atrasos de pagamento, embora não reconhecidos nos termos contratuais de pagamento, bem como o risco de inadimplência do cliente. Como resultado, o risco de diluição resultante de uma disputa com o cliente (incluindo da falta por razões técnicas ou operacionais) não deve ser levado em consideração no cálculo das perdas esperadas, mas deve ser analisado separadamente. Para cumprir os requisitos da norma, o Grupo decidiu estabelecer um cálculo global da importância das contas a receber para efeitos das contas consolidadas.

A taxa aplicada de perda esperada em 31/12/2018 foi de 0,82%, e o impacto foi de R\$ 701.

11 Estoques

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Veículos, Motores, Componentes para fabricação, Peças de reposição, and Material de consumo e reposição.

Abaixo demonstramos a movimentação do provisão para perdas nos estoques:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, e Saldo no final do exercício.

12 Impostos a recuperar

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Impacto de renda e contribuição social antecipadas e IRRF, ICMS a recuperar, IPI a recuperar, PIS/COFINS a compensar, Outros impostos, and Não creditados.

Os valores de Impostos a recuperar estão sendo reconhecidos no curso normal dos negócios.

13 Outros ativos circulantes

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Adiantamentos a fornecedores, Adiantamentos a colaboradores, Dividendos a receber (nota explicativa 19), e Outros.

14 Investimentos

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2018, 2017. Rows include Resulto do Brasil Com. e Participações Ltda. and Outros investimentos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possui 98,22% do participando no capital social de Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (RBCP), empresa que se dedica à comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos.

Em 2018 a controlada RBCP distribuiu para seus sócios capital próprio e dividendos no montante de R\$ 26.845 (R\$ 21.778 em 2017) dos quais R\$ 478 (R\$ 328 em 2017) foram distribuídos aos acionistas não controladores, conforme determinado em reunião dos acionistas realizada em 25 de Maio de 2018. Do mesmo montante foi constituída provisão de JSCP sobre o resultado no valor de R\$ 1.57 para Renault do Brasil S/A e R\$ 35 para Renault S/A.

SEI 00400-00007-057/2022-18 / pg. 18 Impugnativa Renault do Brasil (98202828)

RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

Continuação da página 4

Abaixo segue informações sobre o investimento na RBPC:

Table with columns for 2018 and 2017, showing financial data for RBPC investment including total assets, liabilities, and equity.

Table showing depreciation rates and accumulated depreciation for various assets like buildings, vehicles, and equipment.

(A) Amortizadas as taxas que refletem os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

Table showing the movement of fixed assets for 2018 and 2017, including opening balance, additions, and ending balance.

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo intangível:

Table showing the movement of intangible assets for 2018 and 2017, including opening balance, additions, and ending balance.

17 Fornecedores:

Table showing supplier information for 2018 and 2017, including names and amounts.

18 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado):

Table showing loan and financing details for 2018 and 2017, including interest rates and terms.

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas restritivas com relação aos volumes e prazos para exportação. Em caso de descumprimento destas cláusulas, o BNDES poderá exercer o direito de solicitar o pagamento antecipado dos empréstimos.

As operações de empréstimo e financiamento em moedas estrangeiras (salvo lucra estão protegidas da variação cambial por instrumentos financeiros conforme nota explicativa 30. O cronograma para pagamentos dos empréstimos de longo prazo é conforme abaixo:

Table showing debt maturity schedules for 2020, 2024, and 2046.

Emissão de debêntures

Em 11 de março de 2018 a Renault do Brasil emitiu a 1ª emissão de Debêntures simples, subscritíveis, não convertíveis em ações, em série única no montante líquido de R\$ 400.000 (quatrocentos mil reais) em títulos de R\$ 100,00 (cem reais) com valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais) para distribuição pública, com vencimento em 11 de março de 2046.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Table showing interest rates and maturity dates for debentures.

18 Partes relacionadas

Table showing related parties for 2018 and 2017, including Renault SAS, Renault Finance, and Renault Bank Brazil.

Ativo

Table showing asset details for 2018 and 2017, categorized by type of asset.

(A) As aplicações financeiras com partes relacionadas estão assim representadas:

Table showing financial applications with related parties for 2018 and 2017.

As principais empresas ligadas com as quais a Companhia mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), SOFASA (Colômbia), Comedica (Chile), Nissan do Brasil.

Compras de peças de reposição

As peças de reposição importantes para a Companhia junto às empresas relacionadas, Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, na sua totalidade, vendidas à controladora Renault do Brasil (Comercio e Financiamentos Ltda).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração aos diretores e às demais pessoas-chave da Administração foi de R\$ 8.590.015,59 em 31 de dezembro de 2017, a remuneração total é composta por salário, bônus performance e benefícios, considerando as próximas de mercado.

Table showing compensation details for key management personnel for 2018 and 2017.

a. ICMS a receber

A parcela relativa ao não circulante refere-se, substancialmente, ao benefício de redução do prazo para o pagamento do ICMS a receber. Este benefício foi concedido pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 1997 e estendeu-se até abril de 2006, de acordo com os diversos programas vigentes à época. Este imposto começou a ser pago em 2011 e possui vencimento final em junho de 2022.

Em 2018 foi pago R\$ 9.300 referente as parcelas de Janeiro a Dezembro de 2004. Em 2017 foi pago o montante de R\$ 149.496, relativo as parcelas dos meses de Janeiro a Agosto 2002, Dezembro 2002, Janeiro e Junho 2003, Janeiro e Junho 2004, Janeiro e Setembro 2007 e Novembro 2007.

O valor do ajuste a valor presente foi calculado com base em taxas de mercado estimadas à época de transação. Em 2018, a rescisão do ajuste a valor presente possui uma despesa financeira de R\$ 3.225 (R\$ 8.226 em 2017), registrada diretamente no resultado do exercício.

b. Partecimento PERT - Regime Automotivo

Em 29 de setembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa especial de regularização tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.496. O parcelamento foi devidamente deferido e consolidado pela Secretaria de Receita Federal. A Companhia vinha discutindo judicialmente esta obrigação fiscal, cujo processo, a partir da referida data foi admitido em decorrência de adesão ao PERT, fazendo com que os valores, até onde contabilizados no período, para contingências, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. O valor total do passivo em 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 127.594, e está registrado em R\$ 11.590 no grupo de outros impostos a receber no passivo circulante e R\$ 115.994

Continua na página 6

Impugnación Renault do Brasil (98020283) SEI 00400-00007-057/2022-18 / pg. 19

# RENAULT DO BRASIL S.A. & CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73



Continuação de página 5

registrada em obrigações fiscais no período não circulante (R\$ 11.599 no período circulante e R\$ 127.594 no período não circulante em 2017). Os efeitos da reorganização foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração do resultado.

### 21 Capital social

Em 26 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da sociedade, que passa de R\$ 1.255.210.599,47 para R\$ 2.396.236.842,47 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), mediante a emissão de 384.808.909,594 (trezentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O valor bruto recebido foi de R\$ 1.143.026, a partir de operação bancária ocorrida, dos quais foi descontado o valor de R\$ 4.243 referente a I.O.F., cujo lançamento também foi registrado no patrimônio líquido em conta reitora de capital.

O capital social emitido e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 2.393.893 e as representado por ações nominativas sem valor nominal assim distribuídas:

Ações:	QNT	PNL	Total	%
Renault SAS	670.331.224.178	137.430.794.915	807.562.019.093	96,96%
Fundo de Desenvolvimento Econômico (FPE)		314.821.847	314.821.847	0,04%
	670.331.224.178	137.745.616.762	808.176.840.740	100%

### a. Dividendos e distribuições

Os dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas ordinários são de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Os acionistas preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos distribuídos aos acionistas ordinários.

Em 2018 a Companhia não efetuou distribuição de dividendos em hipótese de utilização do lucro do exercício para abateção dos prejuízos acumulados.

b. Reserva para subvenção de investimentos

Em setembro de 2018 a Companhia firmou um protocolo nas instâncias com o Governo do Estado do Paraná o qual foi renovado em 2015. Este protocolo estabelece condições parais e obrigações mútuas para o desenvolvimento de novos projetos na unidade industrial da Companhia instalada no Paraná.

O referido protocolo prevê o suprimento de contingências que vem sendo reconhecidas e reconhecidas em função das alterações das condições macroeconômicas decorrentes da crise econômica. O Protocolo de Intenções autoriza que as partes adotem: essas adequações em comum acordo. Em Novembro de 2018 a Companhia e o Governo do Estado do Paraná firmaram o Sexto Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções. Este aditivo teve o objetivo de consultar as obrigações, contingências e benefícios do Protocolo de Intenções 2011 e seus aditivos, além de criar novas condições e obrigações mútuas para o desenvolvimento do projeto de valores elétricos da Renault em território paranaense. As principais alterações foram a prorrogação do prazo das obrigações mútuas e benefícios, aditivos para valores elétricos até 2027 e a confirmação das obrigações limitadas a realizadas entre as partes.

Por contingência reservo para subvenção do investimento no patrimônio líquido em 2018 no valor de R\$ 176.286 em função de supuação de lucro no exercício (R\$ 220.105 em 2017).

### a. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 50% do capital social. Em 2018, a Reserva Legal foi revertida para abateção do prejuízo acumulado.

### 22 Imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

#### a. Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	404.527	294.546	427.799	303.287
Hilqueto contábil do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
	(137.533)	(106.949)	(146.442)	(103.322)

#### Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adoptado equívocos patrimoniais	16.836	11.010		
Adoptado equívocos patrimoniais líquidos	112.627	68.449	115.383	71.440
Imposto de renda e contribuição social	(59.073)	(37.390)	(62.106)	(31.822)
Outros	(939)	(939)		

#### Participação na não realização do IPU e CSL, débitos ativos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social correntes	(60.267)		(64.024)	(23.741)
Imposto de renda e contribuição social estornos	(9.226)	69.956	(7.821)	74.287
Contribuição social estornos	(62.020)	68.262	(61.845)	59.346

### b. Imposto de renda distribuído

Detalhamento da composição do imposto de renda e contribuição social distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisões não dedutíveis	442.516	393.151	462.251	381.910
Reserva para contingências suspensa	36.370	36.370	36.370	36.370
Provisão para contingências	1.190.850	1.216.442	1.194.803	1.216.442
Reserva para contingências	441.612	448.881	441.612	448.881
Reserva para contingências	2.118.268	2.065.024	2.135.022	2.065.983
Imposto de renda distribuído não registrado	(2.094.871)	(1.973.011)	(2.094.271)	(1.973.011)
Participação do imposto de renda distribuído registrado	84.267	50.613	104.351	112.372

### 23 Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração da Companhia com base na avaliação efetuada por seus advogados, constitui provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Riscos tributários (a)	209.100	247.108	209.281	247.302
Riscos trabalhistas (b)	51.896	78.026	53.000	78.026
Riscos de crédito e contábil (c)	42.893	41.796	42.897	41.796
Provisão para contingências	129.858	126.858	129.858	126.858
Total das provisões	443.586	365.829	445.036	389.899

### 24 Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração da Companhia com base na avaliação efetuada por seus advogados, constitui provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Riscos tributários (a)	209.100	247.108	209.281	247.302
Riscos trabalhistas (b)	51.896	78.026	53.000	78.026
Riscos de crédito e contábil (c)	42.893	41.796	42.897	41.796
Provisão para contingências	129.858	126.858	129.858	126.858
Total das provisões	443.586	365.829	445.036	389.899

### 25 Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração da Companhia com base na avaliação efetuada por seus advogados, constitui provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Riscos tributários (a)	209.100	247.108	209.281	247.302
Riscos trabalhistas (b)	51.896	78.026	53.000	78.026
Riscos de crédito e contábil (c)	42.893	41.796	42.897	41.796
Provisão para contingências	129.858	126.858	129.858	126.858
Total das provisões	443.586	365.829	445.036	389.899

### 26 Outras receitas operacionais

As principais provisões podem ser resumidas conforme segue:

(a) Tributos - discussão a respeito de temas judiciais sobre incidência ou não do tributo em operações realizadas pela Companhia. Os valores provisionados representam as discussões cuja probabilidade de perda foram avaliadas como "provável" durante o exercício.

(b) Trabalhistas - discussões sobre proenchedor ou não de verbas trabalhistas reclamadas por empregados próprios e, por responsabilidade subsidiária, quanto a reclamações de empregados de terceiros.

(c) Cíveis, discussão sobre cabimento ou não de indenização em reclamações de contratos com concessionárias e fornecedores. Para concessionárias as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.

(d) Cíveis, discussão sobre cabimento ou não de indenização em reclamações de contratos com concessionárias e fornecedores. Para concessionárias as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.

Em outubro de 2018 a Companhia obteve julgamento favorável em 2ª instância pelo TRF IV Região em sua ação sobre a exigibilidade da tributação da Pis e da Cofins sobre a parcela do ICMS creditada na receita de vendas. Em decorrência desse decisão o provisão anteriormente constituído foi revertido. Concomitantemente, foi constituída uma provisão para pagamento a ADRAR relativamente ao acordo assinado entre as partes sobre a possível realização de parcela dos relativos impostos depositados judicialmente. Os efeitos dessa transação no montante da reversão do provisão são não realização do depósito judicial e a constituição de provisão de ADRAR no resultado da Companhia podem ser resumidos como segue:

	Valor	Resultado
Reversão de provisão para contingências	(206.606)	Outras receitas operacionais
Avaliação montante do depósito judicial	(120.301)	Resultado financeiro

Revisão de provisão para contingências

Atualização montante do depósito judicial

Constituição nova provisão - parcela sobre depósito de depósitos judiciais já registrados (Abrere)

Constituição nova provisão - parcela sobre avaliação de depósitos judiciais (Abrere)

Desde outubro a Companhia vem constituindo provisões relativas a parcela do PIS/COFINS sobre ICMS a ser repassada a EBRAFEI, quanto do imposto em função de referência axial.

Processos com probabilidade de perda passível

As principais provisões podem ser resumidas conforme segue:

(a) Tributos - discussão a respeito de temas judiciais sobre incidência ou não do tributo em operações realizadas pela Companhia. Os valores provisionados representam as discussões cuja probabilidade de perda foram avaliadas como "provável" durante o exercício.

(b) Trabalhistas - discussões sobre proenchedor ou não de verbas trabalhistas reclamadas por empregados próprios e, por responsabilidade subsidiária, quanto a reclamações de empregados de terceiros.

(c) Cíveis, discussão sobre cabimento ou não de indenização em reclamações de contratos com concessionárias e fornecedores. Para concessionárias as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.

(d) Cíveis, discussão sobre cabimento ou não de indenização em reclamações de contratos com concessionárias e fornecedores. Para concessionárias as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.

Em outubro de 2018 a Companhia obteve julgamento favorável em 2ª instância pelo TRF IV Região em sua ação sobre a exigibilidade da tributação da Pis e da Cofins sobre a parcela do ICMS creditada na receita de vendas. Em decorrência desse decisão o provisão anteriormente constituído foi revertido. Concomitantemente, foi constituída uma provisão para pagamento a ADRAR relativamente ao acordo assinado entre as partes sobre a possível realização de parcela dos relativos impostos depositados judicialmente. Os efeitos dessa transação no montante da reversão do provisão são não realização do depósito judicial e a constituição de provisão de ADRAR no resultado da Companhia podem ser resumidos como segue:

	Valor	Resultado
Reversão de provisão para contingências	(206.606)	Outras receitas operacionais
Atualização montante do depósito judicial	(120.301)	Resultado financeiro

Revisão de provisão para contingências

Atualização montante do depósito judicial

Constituição nova provisão - parcela sobre depósito de depósitos judiciais já registrados (Abrere)

Constituição nova provisão - parcela sobre avaliação de depósitos judiciais (Abrere)

Desde outubro a Companhia vem constituindo provisões relativas a parcela do PIS/COFINS sobre ICMS a ser repassada a EBRAFEI, quanto do imposto em função de referência axial.

Processos com probabilidade de perda passível

As contingências de natureza cível, trabalhista e consumerista avaliadas com probabilidade de perda como possível totalizaram R\$ 158.054 (R\$ 102.731 em 2017). As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível totalizaram R\$ 1.438.841 (R\$ 815.000 em 2017). O principal processo que compõe este último saldo corresponde a R\$ 1.255.271 relativo a discussão da legalidade da Instrução Normativa no 243/02 quanto a aplicação do método PRL 20% e 60% do Preço ou Transfereção. O total de contingências passíveis perfaz R\$ 1.597.857.

Movimentação de provisão para contingências

A movimentação da provisão para contingências durante o exercício, líquido dos respectivos depósitos judiciais que requerem provisão, pode ser resumida conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldos iniciais	126.100	316.442	129.033	318.455
Adições	428.465	23.002	429.743	36.385
Reduções	(200.833)	(213.424)	(202.452)	(213.607)
Saldo final	253.732	126.020	256.324	128.029

### 24 Plano de previdência privada

O plano de previdência privada da Companhia é administrado pela Multipersonas Bradesco - Fundo Multipatrocinado da Previdência Privada (Fundo), entidade constituída sob a forma de Companhia CRL, sem fins lucrativos, com natureza administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito privado e de direito de seus patrocinadores.

O Fundo tem como objeto a administração e execução de projetos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, conforme estabelecido no Regulamento do plano de benefícios, na forma da legislação vigente e trata-se de um plano de benefícios com contribuição definida. Os recursos necessários à consecução dos objetivos do Fundo provêm, portanto, de contribuições dos patrocinadores e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

As contribuições ao plano pela Companhia e sua controlada em 2018 representaram cerca de 2,28% do faturamento (1,55% em 2017), totalizando R\$ 2.897 e R\$ 31, respectivamente (R\$ 2.723 e R\$ 40, respectivamente, em 2017).

### 25 Participação nos resultados

O plano de participação nos resultados adotado pela Companhia estabelece a seguinte forma de distribuição:

• Bônus Performance: é aplicado para superiores, gerentes e diretores e é calculado de acordo com o alcance de objetivos coletivos e individuais.

• Participação nos resultados (PPR): é aplicado aos demais colaboradores e é definido anualmente através de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Paraná e é baseado em indicadores de qualidade, volume e market share.

O valor global provisionado para pagamento de bônus performance e PPR é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bônus Performance e PPR	137.192	171.186	139.262	173.013

Os gastos com participação nos resultados foram contabilizados como despesas a custos com pessoal e estão provisionados na rubrica de Obrigações sociais e previdenciárias.

### 26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas:				
Mercado interno	12.554.573	9.506.240	13.307.070	10.296.772
Mercado externo	3.271.852	3.708.501	3.334.414	3.791.500
Prestação de serviços	318.225	292.978	318.225	292.978
	16.586.721	13.899.898	17.062.579	14.381.251

Impostos incidentes sobre vendas e outras deduções

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	12.979.527	11.238.343	13.188.344	11.518.309

### 27 Demonstração dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Materiais-primas e materiais de consumo utilizados	8.628.836	7.117.005	8.805.940	7.245.930
Custos e despesas de depreciação e amortização	490.126	401.643	495.690	408.464
Despesas com empregados	1.096.189	829.577	1.106.739	839.159
Despesas com aluguel e estrutura	550.974	468.871	554.230	467.063
Despesas com manutenção prestação de serviço	305.476	256.177	305.384	247.283
Despesas com transporte	400.285	391.726	401.210	421.730
Despesas com viagens	740.026	560.381	747.619	607.786
Impostos, taxas e encargos	168.849	121.179	170.045	121.179
Despesas com viagens	37.845	40.389	38.246	42.102
Seguros e garantias	603.249	184.214	603.250	184.214
Outros custos e despesas	561.231	400.580	560.179	437.747
Custo de transformação de materiais	5.384	15.460	5.384	15.460
Despesas com royalties	283.845	341.038	283.845	341.038
Despesas com honorários profissionais	112.129	105.010	112.130	105.010
Custos de desenvolvimento operacional	247.850	477.081	247.850	499.421
Outros custos e despesas	(12.112.236)	(10.650.529)	(12.646.979)	(10.623.897)
Custo dos produtos vendidos	(10.950.000)	(9.144.269)	(11.083.662)	(9.223.195)
Despesas com vendas e perda ao valor recuperável	893.371	(1.140.222)	896.770	(1.158.827)
Despesas gerais e administrativas	890.943	812.138	892.923	870.801
Outras receitas operacionais líquidas	347.839	477.051	370.963	493.421

### 28 Resultado financeiro

Receitas financeiras

Resultado em operações de derivativos

Atualização de depósitos judiciais (Nota 23)

Custos rec

# RENAULT DO BRASIL S.A. & CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

Continuação da página 6

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros detalhados em aberto em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são conforme abaixo.

Instrumento	Descrição	Parce passiva	Controladora e Controlada				Valor justo a receber (o pagar)				
			2018		2017		2018		2017		
			Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	
Swap	Parte ativa										
	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	% do CDI	2.095.235	2.082.112	2.048.556	2.073.304	147.770	136.442	(134.509)	54.084	
Ativo											
	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	% do CDI	(1.578.251)	(1.573.853)	(1.566.780)	(2.005.810)	(30.788)	(31.183)	78.175	(8.092)	
Passivo											
	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	% do CDI	116.984	108.248	78.175	67.484	116.984	108.248	(56.427)	45.092	

### Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada realizam transações em moeda estrangeira; consequentemente estão expostas às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são minimizadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas estratégias aprovadas por meio da utilização de contratos de swap cambial.

Os valores contrários dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira expostos a riscos de variação cambial pertencentes à Companhia e sua controlada no final do período de relatório são apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Controlada	
	2018	2017	2018	2017
Em moedas de dólares e euros				
Dólar norte-americano	514.458	470.096	249.117	500.783
Euro	60.594	183.259	253.788	128.480

### Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir ilustra a sensibilidade da Companhia e sua controlada ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a moedas estrangeiras. 10% de variação do Real em relação ao dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 em relação ao Real em relação a moedas estrangeiras a partir da data de Administração corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em moeda estrangeira e não itens não monetários no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir representam um aumento ou uma diminuição no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do Real em relação à moeda em questão.

Resultado	Controladora		Controlada	
	2018	2017	2018	2017
Inspeção do Euro	35.246	76.768	25.275	97.095

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio corrente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

### Índice de endividamento

Descrição	Controladora		Controlada	
	2018	2017	2018	2017
Dívida bruta (a)	(4.248.875)	(4.854.105)	(4.480.261)	(4.904.349)
Emprestimos e financiamentos	(1.615.116)	(2.717.718)	(1.788.206)	(2.891.510)
Emprestimos ou financiamentos	(765.242)	-	(765.242)	-
Débitos	(126.280)	(225.541)	(126.280)	(225.541)
Fornecedores	(1.568.033)	(1.547.600)	(1.626.367)	(1.623.801)
Impostos	(145.002)	(163.694)	(145.002)	(163.694)
Caixa e equivalentes de caixa (b)	2.096.717	1.721.887	2.212.587	1.817.373
Previdência líquido	2.342.481	1.724.320	2.342.481	1.724.320
Endividamento líquido	105,38%	170,01%	111,02%	178,97%

(a) Disponibilidade em tesouraria, depósitos em bancos e aplicações de liquidez imediata. A Administração também tem buscado o aperfeiçoamento dos seus índices de alavancagem financeira e endividamento em geral por meio de ações voltadas ao alongamento do prazo da dívida, bem como por meio da obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais baixas.

As despesas de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia e suas controladas, foram discutidas e aprovadas por seus controladores.

### Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação líquida.

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau de observável de valor justo.

\* Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos líquidos.

\* Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo objetivamente (ou seja, com preços de fechamento no dia, com base em preços).

\* Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm base em dados observáveis de mercado.

Ativos financeiros	Controladora		Controlada	
	2018	2017	2018	2017
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	(a) 2.096.717	1.721.887	2.212.587	1.817.373
Outros	(a) 521.327	885.848	565.893	916.814
Passivos financeiros				
Valor justo líquido do resultado	2	116.984	90.616	116.984
Instrumentos financeiros				
Custo amortizado				
Emprestimos e financiamentos	(a) 2.035.640	2.942.780	2.708.230	3.117.855
Fornecedores	(a) 1.568.033	1.547.680	1.626.367	1.623.601
ICMS e Parcelamento PERT a receber (nota 20)	(a) 145.002	163.694	145.002	163.694

(a) Os ativos financeiros não derivativos são caixa e equivalentes de caixa, caixa a receber de clientes, aplicações financeiras em valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado. Os passivos financeiros não derivativos incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores, ICMS a receber, parcelamentos fiscais, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis que se aproximam com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre os níveis.

(b) Transações que não envolvem caixa. A Companhia realizou aquisições de imobilizado à prazo no montante de R\$ 50.846 em 2018 (R\$ 142.234 em 2017), que não envolveu caixa, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa nas atividades de investimento de aquisição do imobilizado e intangível, e, nas atividades operacionais de avaliação de fornecedores.

(c) Cobertura de seguros. As aplicações de seguros mantidas pela Companhia são renovadas anualmente, conforme detalhado abaixo.

(i) Fidejussões nomeadas, com cobertura contra os riscos do Incêndio, raios, explosões, danos elétricos, furtos e roubos, incêndios, danos de "quadrado", furtos e roubo para os produtos, instalações, equipamentos, móveis, veículos, mercadorias e materiais prontos em estoque, objetos sendo, conforme aplicável, valor em risco de R\$ 5.474.407.955,71 com limite máximo indenizável de R\$ 3.000.000.000,00. Franquia de R\$ 19.904.000,00 em 2018.

(ii) Fidejussões com cobertura integral do estoque de produtos acabados, valor em risco de R\$ 1.897.485.000,00 com limite máximo indenizável de R\$ 65.034.500,00, em 2018. Franquia de R\$ 330.172,50.

**DIRETORIA**  
Ladimir Pinelli Júnior  
Controlador  
CRC-SC 023.686/O-7-PR

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Às Diretores da Renault do Brasil S.A.  
São José dos Pinhais - Paraná

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controlada e controladora, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações essenciais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de responsabilidade dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram listados no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita

Principais assuntos de auditoria incluem, dentre outros: (i) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento de receita de vendas diretas de veículos; (ii) avaliação do desenho e efetividade dos controles internos, dos métodos para Administração da Companhia, para prevenir e detectar inconsistências no reconhecimento de receitas provenientes de tais transações; (iii) seleção de transações de vendas ao longo do período, com base em amostragem, e confronto com a respectiva documentação suporte com o objetivo de verificar a existência, integridade e precisão de tais transações; (iv) obtenção de confirmação, junto aos clientes, referentes às vendas diretas, de que os riscos e benefícios provenientes da compra de tais veículos foram, efetivamente, transferidos a estes na data do reconhecimento de receita; (v) avaliação de procedimentos analíticos substantivos para as receitas reconhecidas no exercício por meio da comparação do desempenho da Companhia com dados observáveis e indicadores de mercado disponíveis. No decorrer da nossa auditoria identificamos assuntos

que afetaram a mensuração e divulgação da receita líquida, os quais não foram aceitados pela Administração, por terem sido considerados inerentes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumariados, consideramos que a receita líquida de vendas diretas de veículos reconhecida no exercício é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### Provisões para contingências

Vejam a Nota 7 (a) e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principais assuntos de auditoria. Como auditoria independente esse assunto contingência baseado nas promessas de probabilidade e magnitude das salidas de recursos e com base nos elementos do processo, compreendendo pela exposição das demandas relacionadas. A Companhia está envolvida em ações de natureza tributária, civil e trabalhista que totalizam R\$ 1.598.865 mil, os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia com base no tipo de parte passiva, além de outras ações, de natureza trabalhista, consideradas como de risco de parte passiva no montante de R\$ 265.388 mil. Devido ao grau de julgamento exercido pela Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, na avaliação dessas estimativas, à revelia dos montantes envolvidos, a complexidade na avaliação e mensuração, a definição do momento para o reconhecimento, bem como o impacto que um resultado desfavorável em tais processos poderia acarretar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Análises a respeito dos processos em andamento e dos valores das contingências divulgadas, por meio da análise dos critérios e pressupostos utilizados para mensuração dos valores provisionados e divulgados, e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente. Para as causas com valores julgados relevantes, avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas jurídicos, o desempenho do risco de parte e do valor estimado. Nossas bases incluem a identificação do desenho e efetividade dos controles dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes. Em conjunto com, esperamos a existência de nossos procedimentos substantivos, além do planejamento, dos processos com os assessores jurídicos da Companhia e cruzando as informações para o controle mantido pelo jurídico, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que não aceitamos a saliência preparada pela Administração relativa a Provisões e Passivos Contingentes e as divulgações relativas ao contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelas informações que são comunicadas ou necessárias para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia e sua controlada confirmarem, avaliando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil no alongamento das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas não sequestram com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de ocultar os controles internos, contabilidade, falsificação, omissão ou representação intencional.

Chamamos a atenção do usuário dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, não são com o objetivo de expressão de opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre o adequeamento do uso da administração, da base contábil da continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais ser mantidas em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as circunstâncias transações e os eventos de maneira condizante com o objetivo de apresentação adequada.

Outros produtos de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas durante nossos trabalhos. Desse assunto que foram obtidos de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, dessa maneira, comunicamos os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por ser de consequências adversas de tal comunicação público, dentro de uma perspectiva razoável, apesar dos benefícios de comunicação para o interesse público.

Caritiba, 25 de março de 2019  
KPMG Auditores Independentes  
CRC PR-0079455-7

Cristiano Aurélio-Fr  
Controlador CRC PR-0548843-9



SEI 10400-00007-6572022-18 | ImprensaNet

10 05 19

São José dos Pinhais, 01 de fevereiro de 2019

À

Renault do Brasil S.A.

Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo.

São José dos Pinhais/PR

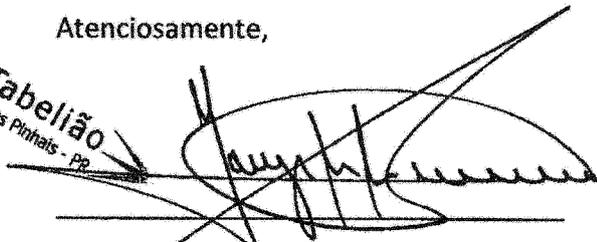
Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para apresentar minha renúncia, em caráter irrevogável, a partir desta, do cargo de Diretor Financeiro desta conceituosa Sociedade.

Nesta oportunidade, agradeço a confiança com que fui distinguido e apresento minhas respeitadas saudações aos senhores administradores.

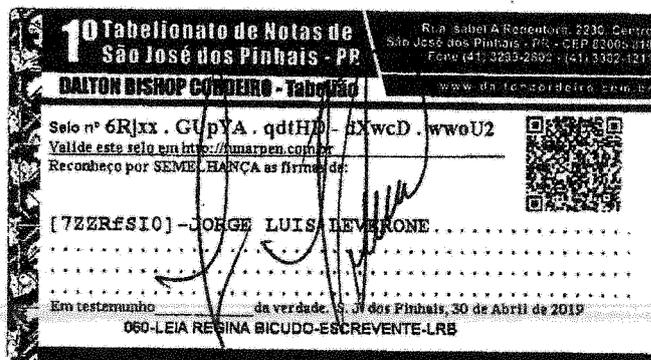
Atenciosamente,

10 Tabelião  
São José dos Pinhais - PR



Jorge Luis Leverone

CPF/MF nº 699.738.657-15



JOSÉ  
10 05 19

São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

À

Renault do Brasil S.A.

Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo.

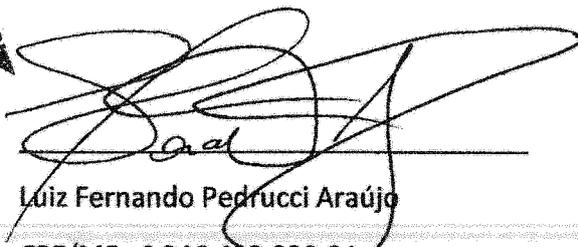
São José dos Pinhais/PR

Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para apresentar minha renúncia, em caráter irrevogável, a partir desta, do cargo de Diretor Presidente desta conceituosa Sociedade.

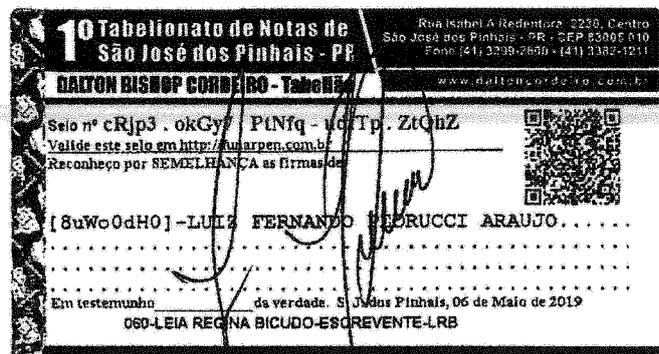
Nesta oportunidade, agradeço a confiança com que fui distinguido e apresento minhas respeitadas saudações aos senhores administradores.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Pedrucci Araújo

CPF/MF nº 246.423.928-31



1o Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

TERMO DE POSSE DE DIRETOR DA RENAULT DO BRASIL S.A. ELEITO EM REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019



Ao dia 29 do mês de abril de 2019, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, tomou posse como Diretor Presidente o Sr. Ricardo Yuji Gondo, brasileiro, casado, CPF nº. 161.337.248-54, com domicílio comercial na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo, cujo mandato expirará em 29 de abril de 2022.

Declara neste ato, sob as penas de lei, para os fins dos Artigos 147, 149, §2º e 153 e seguintes da Lei n.º 6.404 de 1976, Lei das Sociedades por ações, que:

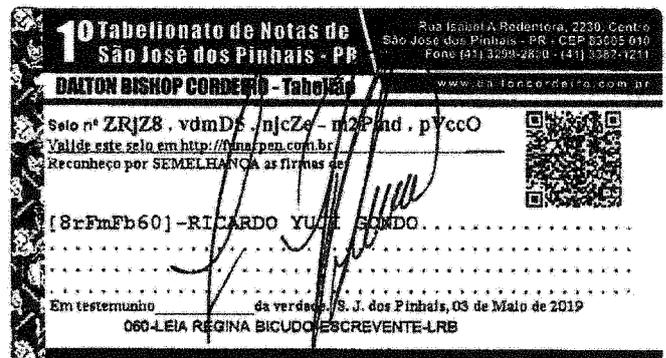
- a) tem domicílio comercial na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná;
- b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; e
- c) está ciente e consciente das obrigações e deveres de que tratam os artigos 153 e seguintes da referida lei.

E, por nada mais ter a declarar, firma o presente Termo, sendo declarado empossado no cargo de Diretor Financeiro.

São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

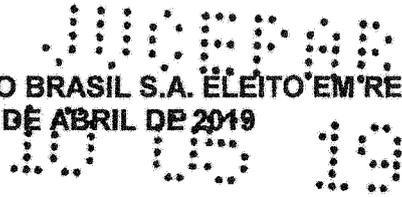
10 Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

Ricardo Yuji Gondo  
Diretor Presidente



SEI 00400-0000765Z/2022-187-pg\_24  
Impugnação Renault do Brasil (98020283)

TERMO DE POSSE DE DIRETOR DA RENAULT DO BRASIL S.A. ELEITO EM REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019



Ao dia 29 do mês de abril de 2019, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, tomou posse como Diretor Financeiro o Sr. Sebastian Parra Velez, colombiano, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro Registro Nacional Migratório n. F050453Z e CPF/MF n.º. 801.035.999-83 com domicílio comercial na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo, cujo mandato expirará em 29 de abril de 2022.

Declara neste ato, sob as penas de lei, para os fins dos Artigos 147, 149, §2º e 153 e seguintes da Lei n.º 6.404 de 1976, Lei das Sociedades por ações, que:

- a) tem domicílio comercial na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná;
- b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; e
- c) está ciente e consciente das obrigações e deveres de que tratam os artigos 153 e seguintes da referida lei.

E, por nada mais ter a declarar, firma o presente Termo, sendo declarado empossado no cargo de Diretor Financeiro.

São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

1º Tabelião  
São José dos Pinhais - PR

Sebastian Parra Velez  
Diretor Financeiro



**ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA**  
**RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 00.913.443/0001-73 - NIRE nº. 41.300.014.795**  
**REALIZADA EM 11 de NOVEMBRO de 2020**

**DATA, HORA E LOCAL:** 11 de novembro de 2020, às 10:00 h, na sede social da empresa, na Avenida Renault, nº. 1.300, Bairro Borda do Campo, São José dos Pinhais, PR.

**QUORUM:** Presentes a maioria dos Diretores da Sociedade.

**MESA:** Presidente: Sr. Bruno Hohmann  
Secretária: Sra. Maria Helena Venetikides Durigan.

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** **Deliberar sobre a alteração do endereço da filial 00.913.443/0006-88 Jundiaí. Centro de Treinamento, Escritório Administrativo**

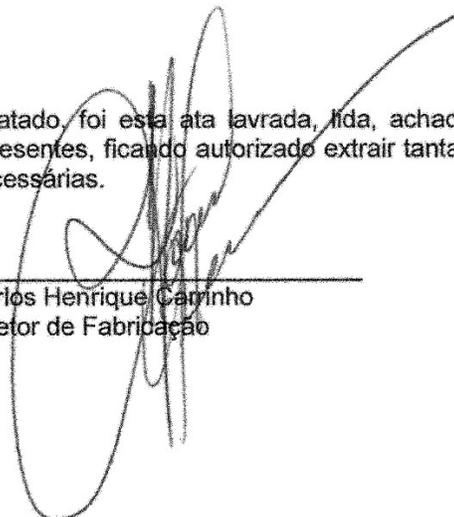
Deliberam os presentes sobre a modificação do endereço da referida filial, que passará a ocupar parte do imóvel situado no endereço:

Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, número 1500, município de Jundiaí – São Paulo, empreendimento denominado GR I Jundiaí, galpão 01, tipo B, bloco I.

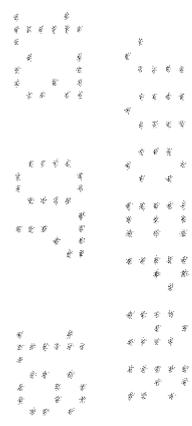
Não haverá alterações no escopo das atividades desenvolvidas nesta filial.

**ENCERRAMENTO** Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes, ficando autorizado extrair tantas cópias quantas se fizerem necessárias.

  
\_\_\_\_\_  
Bruno Hohmann  
Vice Diretor Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Henrique Carinho  
Diretor de Fabricação

Confidential C



**ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA**  
**RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 00.913.443/0001-73 - NIRE nº. 41.300.014.795**  
**REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018**

**DATA, HORA E LOCAL:**

20 de junho de 2018, às 10:00 h, na sede social da empresa, na Avenida Renault, nº. 1.300, Bairro Borda do Campo, São José dos Pinhais, PR.

**QUORUM:**

Presentes a maioria dos Diretores da Sociedade.

**MESA:**

Presidente: Sr. Jorge Luis Leverone,  
 Secretária: Sra. Maria Helena Venetikides Durigan.

**CONVOCAÇÃO:**

Dispensada.

**ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:**

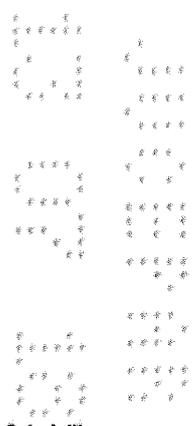
**1) Deliberar sobre a abertura de filial.**

De acordo com o capítulo IV, artigo 21, alínea "b" do Estatuto Social, deliberam os presentes sobre a criação de uma filial, situada no seguinte endereço: Avenida Prefeito Domingos Mocelin Neto, número 1717, Parte, Borda do Campo, Quatro Barras/PR, CEP 83425-970.

As atividades exercidas na filial serão de envasamento e empacotamento sob contrato (CNAE 8292-0/00).

**2) Ratificação dos endereços das filiais existentes:**

a) **MATRIZ:** Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais-PR, CEP 83.070-900, CNPJ Nº. 00.913.443/0001-73, NIRE: 4130001479-5.



b) **FILIAL 1:** Rua Fidêncio Ramos, 223, conj.101 a 104 Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-010, CNPJ Nº. 00.913.443/0002-54, NIRE: 4190124320-9.

c) **FILIAL 2:** Rua Santa Maria, 451, Ponte São João, Jundiaí/SP, CEP: 13.218-060, CNPJ nº 00.913.443/0006-88, NIRE: 3590222238-3.

d) **FILIAL 3:** Av. Rebouças, 2416, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-300, CNPJ Nº.00.913.443/0010-64; NIRE: 3590333657-9.

e) **FILIAL 4:** Rodovia Governador Mário Covas, 882, Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP 29.157-100, CNPJ Nº. 00.913.443/0012-26; NIRE: 3290040555-1.

f) **FILIAL 5:** Rua Vanderlei Moreno, 13.130, Roseira, São José dos Pinhais/PR CEP: 83070-245 CNPJ: 00.913.443/0013-07 NIRE: 4190124320-9.

g) **FILIAL 6:** Rua Pasteur, 463, 2º andar, conj. 204, sala "E", Batel, Curitiba-PR, CEP 80.250-080, CNPJ: 00.913.443/0015-79, NIRE: 4190136151-1.

h) **FILIAL 7:** Avenida Nissan, 1500, sala 6, 1º pavimento, Polo Industrial, Resende/RJ, CEP: 27537-800, CNPJ: 00.913.443/0016-50, NIRE: 41300014795.

i) **FILIAL 8:** Avenida Renault, 1.300, Parte, Prédio Administrativo, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.070-900, CNPJ: 00.913.443/0017-30, NIRE: 4190144068-3.

0  
9  
2

- j) **FILIAL 9:** Avenida Renault, 1.300, Parte, Usina Fundição, nº 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.070-900, CNPJ: 00.913.443/0018-11, NIRE: 4190144708-4.
- l) **FILIAL 10:** Avenida Prefeito Domingos Mocelin Neto, número 1717, Parte, Borda do Campo, Quatro Barras/PR, CEP 83425-970.

**ENCERRAMENTO:**

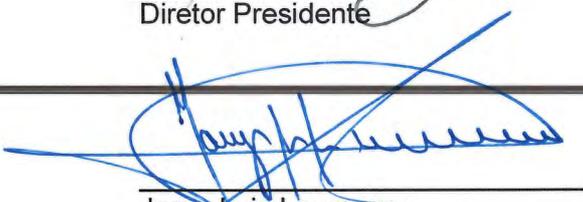
Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes, ficando autorizado extrair tantas cópias quantas se fizerem necessárias.



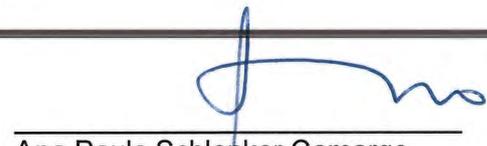
Luiz Fernando Pedrucci  
Diretor Presidente



Cleverson Luiz Rabito  
Diretor de Fabricação



Jorge Luis Leverone  
Diretor Financeiro



Ana Paula Schlenker Camargo  
Diretora



Maria Helena Venetikides Durigan  
Secretária e advogada responsável  
OAB/PR sob n.º 18.985



JOSÉ DA  
26 05 21

**RENAULT DO BRASIL S.A.**  
**CNPJ 00.913.443/0001-73 - NIRE 41300014795**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL  
DE 2021**

**I - DATA, HORA E LOCAL:** 29 de abril de 2021, às 10:00 horas, na Av. Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Paraná. Realizada em meio virtual.

**II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

**III - QUORUM:** presente a totalidade dos acionistas da Sociedade.

**IV - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente da Mesa Joaquim Ferraz Martins Filho e Secretária: Maria Helena Venetikides Durigan.

**V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; 2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020 e outros assuntos congêneres; 3) Deliberar sobre a fixação do montante global anual da remuneração da Diretoria. 4) Eleição de novo membro da diretoria.

**1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020.**

Foram aprovadas, por unanimidade, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020, devidamente **publicados no Jornal Metrópole de São José dos Pinhais em 23/04/2021 e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 26/04/2021.**



JULIANA  
28 05 21

**2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020;**

Foram aprovados, por unanimidade: o relatório de administração e o resultado do exercício de 2020, tendo sido apurado **prejuízo R\$583.818.878,32 (quinhentos e oitenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos).**

2.1 Os acionistas aprovam por unanimidade a recondução do lucro do ano de 2018 para reserva de subvenção de incentivos fiscais no valor de **R\$38.934.693,00 (trinta e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais).**

2.2 Os acionistas aprovaram por unanimidade não distribuir dividendos e JSCP no presente exercício razão da apuração de prejuízo.

**3) Deliberar sobre o montante global anual de remuneração dos membros da administração.**

Aprovou-se, por unanimidade, a fixação do montante global anual de remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios e verbas de representação, para o presente exercício social, de até R\$6.332.928,00 (seis milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais), a ser distribuído aos membros da Diretoria, por deliberação do Diretor Presidente.

**4) Renúncia e eleição de novo membro da diretoria.**

Foi aprovada por unanimidade o pedido de demissão do Diretor Financeiro Sebastian Velez Parra apresentado em 30 de setembro de 2020, sendo que as acionistas agradeceram pelos serviços prestados.

Na sequência foi indicada para o cargo vacante de **DIRETORA FINANCEIRA: a Sra. SILVINA PAULA MESA**, argentina, estado civil: casada, contadora, passaporte nº. AAA303916, com domicílio em São José dos Pinhais, Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo.

Por unanimidade, o nome indicado para o cargo foi aceito, **dando-se neste ato a eleição**. No entanto, a **posse efetiva** no cargo de Diretora Financeira, **dar-se-á após a concessão de visto de trabalho no Brasil.**

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
28 05 21

Nos termos do art. 147, § 1º. da lei das Sociedades por Ações, a diretora ora eleita declara não ter praticado qualquer ato que a impeça de desempenhar cargo eletivo em qualquer Sociedade.

Assim, a diretoria da sociedade fica composta da seguinte forma, **com vigência até 29 de abril de 2024:**

1. **DIRETOR PRESIDENTE: Sr. RICARDO YUJI GONDO**, brasileiro, casado, RG: 15.488.790-0, CPF/MF nº. 161.337.248-54;
2. **DIRETOR VICE-PRESIDENTE COMERCIAL: Sr. BRUNO CAVALCANTI HOHMANN**, brasileiro, casado, engenheiro, RG: 7258638-7, CPF/MF nº. 031.934.199-23;
3. **DIRETOR DE FABRICAÇÃO: Sr. CARLOS HENRIQUE RODRIGUES ALVES CARRINHO**, brasileiro, casado, RG 14.557.739-9 e CPF/MF 084.952.578-07.
4. **DIRETORA FINANCEIRA: Sra. SILVINA PAULA MESA**, argentina, estado civil: casada profissão: contadora, passaporte: AAA303916.

Todos com domicílio em São José dos Pinhais, Paraná, na Av. Renault, n. 1300, bairro Borda do Campo.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº 6.404/76, lida, achada conforme e assinada por todos. Autorizou-se, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.

**ASSINATURAS:**

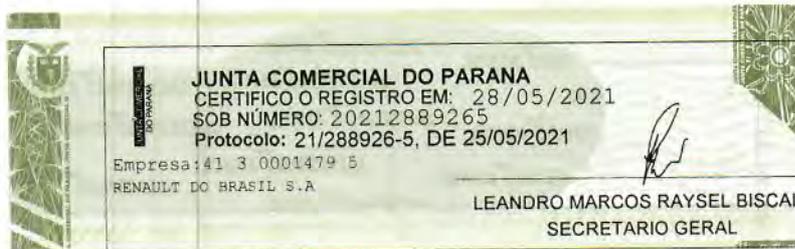
\_\_\_\_\_  
Renault S.A.S.  
S.A.  
p.p. Joaquim Ferraz Martins Filho

\_\_\_\_\_  
Joaquim Ferraz Martins Filho  
Presidente da mesa

\_\_\_\_\_  
Nildo José Lübke  
Agência de Fomento do Estado do Paraná

p.p. Nildo José Lübke

\_\_\_\_\_  
Maria Helena Venetkides Durigan  
Secretaria e Advogada  
OAB PR 18.985



**POUVOIR**

Par le présent mandat sous seing privé, **RENAULT S.A.S.**, société constituée conformément aux lois françaises, dont le siège social est situé au 13-15, Quai Alphonse Le Gallo, 92100 Boulogne-Billancourt, dans cet acte représentée par **Quitterie de Pelleport**, en sa qualité d'actionnaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, désigne comme mandataires **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brésilien, marié, avocat, porteur de la Carte d'Identité numéro 9109831-2 - SSP/SP, inscrit au CPF/MF sous le numéro 091.243.338-83, et **Maria Helena Venetikides Durigan**, brésilienne, mariée, avocate, inscrite à l'OAB/PR numéro 18.985 et au CPF/MF numéro 721.262.649-04, tous ayant leur adresse professionnel au 1300, Avenue Renault, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Etat du Paraná, Bresil, et leur donne les pouvoirs nécessaires pour qu'ils puissent agir au nom de **RENAULT S.A.S.**, individuellement ou conjointement, aux fins exclusives de l'Assemblée Générale Ordinaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, qui aura lieu le 29 avril 2021. Les mandataires pourront représenter la société et assumer toutes les obligations relatives aux délibérations sur les sujets inclus dans l'ordre du jour, avec facultés de voter les sujets en question, ainsi que d'examiner, de discuter et de délibérer. Les mandataires pourront voter lors de ladite Assemblée, signer le registre de présence des actionnaires ainsi que le procès-verbal, et pourront encore exclusivement recevoir toutes assignations et citations éventuelles concernant le présent mandat.

Boulogne-Billancourt, le 19 avril 2021

*Quitterie de Pelleport*  
**RENAULT S.A.S.**  
**Quitterie de Pelleport**

**PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato, **RENAULT S.A.S.**, sociedade constituída conforme as leis francesas, com sede no Quai Alphonse Le Gallo, 92100 de Boulogne-Billancourt, representada por **Quitterie de Pelleport**, na qualidade de sócia da **RENAULT DO BRASIL S/A**, nomeia e constituiu seus bastantes procuradores **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 9109831-2 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 091.243.338-83; e **Maria Helena Venetikides Durigan**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 18.985 e no CPF/MF sob nº. 721.262.649-04, todos com endereço profissional na Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, outorgando-lhes poderes bastantes para agir, em conjunto ou individualmente em nome da **RENAULT S.A.S.**, exclusivamente na Assembléia Geral Ordinária da **RENAULT DO BRASIL S/A**, a realizar-se em 29 de abril de 2021. Os outorgados poderão representar a companhia e assumir todas as obrigações relativamente às deliberações das matérias constantes na ordem do dia, tais como examinar, discutir assuntos constantes da mesma. Os outorgados recebem, ainda, poderes para votar, assinar atas em geral, podendo ainda, exclusivamente para esta finalidade, receber citações.

Boulogne-Billancourt, 19 de abril de 2021

*Quitterie de Pelleport*  
**RENAULT S.A.S.**  
**Quitterie de Pelleport**

Je soussigné, *Me François de KEGHEL*  
 Notaire Associé, certifié véritable  
 la signature apposée de  
*M. de Quitterie de Pelleport*



victoires notaires associés  
 Office Notarial | n° étude 375 103 U  
 3 place des Victoires, 75001 Paris  
 tel +33 (0)1 53 42 67 67 | fax -64



**PROCURAÇÃO**

- OUTORGANTE:** **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.584.906/0001-99, com sede na Rua Comendador Araújo, 652 – 6º andar, Batel, nesta capital, gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Heraldo Alves das Neves, economista, portador do RG nº 4.035.436-0/PR, inscrito no CPF sob o nº 713.432.379-04.
- OUTORGADO:** **NILDO JOSE LÜBKE**, brasileiro, portador do RG nº 1.997,431-6 PR, inscrito no CPF sob o nº 316.670.909-68, Diretor Jurídico da FOMENTO PARANÁ.
- PODERES:** Representar a Outorgante, na qualidade de acionista, perante a Renault do Brasil S/A, a realizar-se no dia 29/04/2021 às 10h00, por meio digital, nos termos da Lei da SAS e da Medida Provisória 931/2020 regulamentada pela IN 79, podendo votar e deliberar sobre os assuntos em pauta, enfim, participar de todos os demais atos correlatos e que se fizerem necessários ao fiel desempenho deste mandato.

Curitiba, 01 de abril de 2021.

HERALDO ALVES DAS  
NEVES:713432379  
04

Assinado de forma digital  
por HERALDO ALVES DAS  
NEVES:71343237904  
Dados: 2021.04.01  
11:31:53 -03'00'

---

**Heraldo Alves das Neves**  
**Diretor-Presidente**

# RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**CONTEXTO GERAL**  
 Em um ano marcado pela pandemia do coronavírus, o mercado automotivo no Brasil registrou queda de 27% em relação ao ano anterior. Após 10 anos de crescimento contínuo em participação de mercado (de 3,3% em 2009 para 9,0% em 2019), em 2020 a Renault do Brasil deu um novo passo na sua trajetória para a criação de valor e a sustentabilidade do negócio, alinhado ao plano estratégico global Renault, com o objetivo de mudar a estratégia do Grupo Renault de volumes para valor.

**A RENAULT EM 2020**  
 Entre os destaques da marca em 2020 estão o lançamento do Novo Duster, em março, que tem um papel fundamental na história da Renault: o Kwid, que fechou novamente o ano como líder do segmento de entrada com 49.473 unidades emplacadas em 2020, o que representa 47,1% de participação, e o Master, líder absoluto pelo sétimo ano consecutivo do segmento de furgões com capacidade de carga de até 3,5 toneladas de Peso Bruto Total, registrou 5.351 unidades emplacadas em 2020, o que representa 42,8% de participação no segmento.

A participação de mercado da Renault em 2020 foi de 6,7%. Para ajustar a produção à demanda de mercado, em julho de 2020, a Renault realizou o encerramento do 3º turno da fábrica de Veículos de Passeio (CVP). Desde então, passamos a operar com 2 turnos.

**RENAULT DUSTER**  
 Em março, lançamos o Novo Duster, com novo design e mantendo a robustez que o tornou sucesso no país. O veículo passou por uma revolução do interior recebendo novo painel de instrumentos, volante, bancos e revestimento de portas. O exterior foi inteiramente renovado mantendo o design icônico que cala no gosto consumidor.

As características off-road, com os maiores ângulos de entrada e saída, maior altura do solo, além do maior porta-malas do segmento foram preservadas. Além disso, o Duster 2021 veio com novos itens de tecnologia, como a central multimídia Easy Link com tela 8", sistema Multiview com quatro câmeras, sensor de ponto cego e sensor cecusular.

**COMPLEXO AYRTON SENNA RECONHECIDO PELO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL**  
 A Renault do Brasil recebeu o reconhecimento do Fórum Econômico Mundial pelas inovações relativas à indústria 4.0 no Complexo Ayrton Senna, que é a primeira planta industrial da América Latina a receber este reconhecimento.

O selo "Advanced 4th Industrial Revolution (4IR) Lighthouse" - "Farol da 4ª Revolução Industrial/Avançada" se deve à capacidade de adotar e escalar tecnologias gerando impacto positivo para a indústria. Com este resultado, a empresa passa a fazer parte da "Global Lighthouse Network", comunidade gerida pelo Fórum Econômico Mundial que reúne as indústrias referência em tecnologia 4.0 no mundo, buscando transformar fábricas e modelos de negócio trazendo retorno financeiro e operacional.

Um dos fatores predominantes para a conquista deste reconhecimento foi a utilização de tecnologias e processos digitais desde o início da produção de veículos até o processo de venda, contemplando diversas etapas do negócio, incluindo a contratação de colaboradores para a companhia e o treinamento e capacitação desses profissionais.

**10 ANOS DO INSTITUTO RENAULT**  
 O Instituto Renault, responsável pelas ações de responsabilidade socioambiental da Renault no Brasil, completou 10 anos de atuação. Criado em 14 de setembro de 2010, o Instituto tem o propósito de contribuir de forma positiva na sociedade, transformando potenciais em possibilidades reais de progresso para pessoas e comunidades. A instituição atua por meio da educação, do desenvolvimento social e da sustentabilidade ambiental, realizando movimentos para diminuir distâncias e promover transformações na sociedade.

Ao longo de uma década, o Instituto já beneficiou mais de 798 mil pessoas em dois eixos principais: inclusão e mobilidade sustentável. Em seu site oficial, o Instituto Renault disponibiliza conteúdos sobre todos os projetos desenvolvidos pela instituição, incluindo o livro lançado em comemoração aos 10 anos, "Retratos de Vidas Transformadas", no endereço: <http://www.institutorenault.com.br>

**AÇÕES DE APOIO À SOCIEDADE**  
 Durante a pandemia Covid-19, o Instituto Renault desenvolveu diversas iniciativas para reduzir os impactos negativos para a sociedade.

• Por meio de ações de ações de voluntariado dos colaboradores da Renault do Brasil, mais de 40 toneladas de alimentos e itens de higiene foram doadas para mais de 2.850 famílias em situação de vulnerabilidade social.

• Também por meio do voluntariado de colaboradores, foram produzidas mais de 1.300 máscaras com impressora 3D para entrega à Secretaria de Saúde de São José dos Pinhais.

• Em parceria com o SENAI foi realizada a manutenção de 11 respiradores mecânicos para hospitais de Curitiba. A ação reconheceu pelo Ministério da Economia.

• Concedemos 10 veículos em formato de comodato à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do estado do Paraná para auxiliar no transporte de insumos e profissionais de saúde no combate à pandemia Covid-19.

• Em parceria com a Rede de concessionárias Renault, 10 ambulâncias do estado do Paraná foram recuperadas.

• A Associação Borda Viva, projeto social apoiado pelo Instituto Renault produziu mais de 217 mil máscaras descartáveis gerando renda para as mulheres da comunidade do total produzido, 200 mil máscaras foram encomendadas pela Renault para uso por seus colaboradores da fabricação, 11 mil máscaras foram doadas à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Paraná e 5 mil unidades foram doadas à AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente).

• Por meio da ação Múltiplo, o Bem, 55 toneladas de alimentos foram arrecadadas em parceria com a rede de concessionárias, para ajudar as pessoas de todas as regiões do país impactadas pela pandemia do coronavírus.

**FORTALECIMENTO DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO**  
 A diversidade é um valor para o Grupo Renault, que promove a inclusão entre diferentes perfis e personalidades em suas equipes. Em 2020, a Renault do Brasil criou mais um grupo de afinidade, o Proud@Renault, para promover ações afirmativas e debates relacionados à agenda LGBT+, visando um ambiente mais igualitário na organização.

A Renault também oficializou sua participação como signatária do Fórum de Empresas e Direitos LGBT+, formado por empresas engajadas no respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e pessoas intersex, e que rejeitam práticas de discriminação e suas implicações para os negócios e para a sociedade.

Foi lançado ainda o grupo de afinidade Access@Renault, com o objetivo de desenvolver projetos e ações afirmativas a inclusão de pessoas com deficiência na empresa.

O grupo Women@Renault, que realiza ações focadas em promover um ambiente inclusivo, que respeite a diversidade, completou 10 anos com um aumento de 64% no número de mulheres da Renault do Brasil.

**REFERENCIAL EM MOBILIDADE**  
 A Renault completou o ano de 2020 como líder na venda de veículos 100% elétricos no Brasil. Ao total, mais de 350 veículos 100% elétricos Renault circulam pelo país, comercializados a clientes finais ou presentes em projetos de mobilidade e frota de empresas e instituições pioneiras como: Itaipu, FedEx, Companhia Paulista de Luz e Força (CPFL), Grupo TPC, Beep Beep, Gruplus, DHL, Mercado Livre entre outros.

No Brasil, a marca também desenvolveu diversos projetos de mobilidade.

Em setembro, foi lançado o projeto VEM PR, que disponibiliza 10 Renault Zoe, 100% elétricos para uso compartilhado por servidores públicos do Paraná. Os veículos

foram cedidos pela ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) ao Governo do Paraná em formato de comodato.

Em Curitiba também foi lançado um projeto de mobilidade para os colaboradores do Fiep (Sistema Federação das Indústrias do Paraná), que têm à disposição dois Zoes, um Kwid, um Sandero e um Captur Boa, para uso compartilhado. O carsharing é gerenciado por meio do sistema Renault Mobility, utilizado em diversos projetos da marca pelo mundo. No Brasil, o sistema está presente no carsharing interno da Renault para seus colaboradores desde 2018.

**PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS**  
 • A Renault do Brasil recebeu o reconhecimento do Fórum Econômico Mundial pelas inovações relativas à indústria 4.0 no Complexo Ayrton Senna, que é a primeira planta industrial da América Latina a receber este reconhecimento.

• O Kwid venceu pelo quarto ano consecutivo a melhor compra do segmento na categoria "Carros até R\$ 45.000" pela revista Quatro Rodas.

• O Zoe foi o carro elétrico melhor avaliado na 7ª edição do Selo Maior Valor de Revenda - Autos, da Agência Autointerim, em parceria com a Textofinal de Comunicação. O veículo 100% elétrico da Renault teve uma desvalorização de 5,8% em 12 meses de uso.

• O Master foi eleito o campeão geral na categoria "Utilitário de carga" na 6ª edição da certificação Selo Maior Valor de Revenda - Veículos Comerciais da Agência Autointerim, em parceria com Textofinal de Comunicação. O modelo também venceu na categoria furgão. O modelo da Renault também foi eleito o "Campeão de Revenda - FrotaCar 2020" por ter registrado a menor depreciação de preço no período de três anos, com base nas informações da tabela Fipe, processadas pelo FrotaDataBank, grupo especializado da SFCom. O Master ainda foi eleito o furgão no ano 2019 no prêmio Lotus e Textofinal na categoria furgão de carga.

• A Renault foi eleita a montadora com "Melhor Pós-Venda" no prêmio Carro do Ano 2021 da Autoesporte.

• Pelo segundo ano consecutivo, a Renault do Brasil recebeu o título de "Montadora Parceira do Setor de Reparação Independente" pelas excelentes iniciativas desenvolvidas para auxiliar os profissionais do setor na 11ª edição do Prêmio "Os Melhores do Ano" do Sindirpa - SP, evento que homenageia as marcas mais bem avaliadas pelos mecânicos profissionais.

• A Renault recebeu o selo RIA 100, oriundo pelo Reclame Aqui para destacar as empresas que possuem excelentes índices de atendimento. Com uma nota de 9,5

RA1000, a marca é a melhor entre todas do setor automotivo.

• A Renault foi reconhecida no Prêmio Conares (Congresso Nacional das Relações Empresa-Cliente), conquistando o troféu para Empresas Contratantes no segmento Automotivo.

• A campanha publicitária "Caverna do Dragão O Retorno", criada para o lançamento Renault Kwid Crossover, foi a grande vencedora da primeira edição do YouTube Works no Brasil. O filme, criado pela DPZATV, venceu em três categorias: Creative Effectiveness (eficiência criativa), BuzzWorthy (topicidade) e quem melhor aproveitou a plataforma com uma campanha criativa, inovadora e com resultados comprovados. A campanha também foi eleita pelo júri do SBT como o Melhor Comercial em 2019.

• A Renault recebeu o "Prêmio Melhores Práticas Diversidade & Inclusão", promovido pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento do Paraná (ABTD/PR).

• A Renault recebeu o prêmio AB Diversidade 2020, promovido pela Automotive Business em parceria com a MHD Consultoria, que reconhece organizações que proporcionam ambientes mais plurais e inclusivos em cinco eixos: gênero, etnia, pessoa com deficiência (PCD), LGBT+ e gerações.

• A Renault foi eleita "Líder do Estado do Paraná" no Prêmio Líderes Unidades do Brasil 2020, uma iniciativa do Lide (Grupo de Líderes Empresariais).

• A Renault do Brasil foi premiada pelo segundo consecutivo como a melhor empresa no setor de Veículos e Autopartes no Prêmio Estúdio Empresas Mais, promovido pelo Estúdio em parceria com a Austin Rating e a FIA (Fundação Instituto de Administração).

• O Instituto Renault, responsável pelas ações de responsabilidade socioambiental da Renault no Brasil e que completou 10 anos de atuação neste ano foi eleito como o Melhor Ação de Responsabilidade Social pelo Top Car 2020.

**AGRADECIMENTOS**  
 Manifestamos nossos agradecimentos aos fornecedores, concessionárias, bancos, acionistas, ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) e demais parceiros pela confiança depositada em nossa empresa, aos clientes que demonstraram sua preferência pelos nossos produtos e, especialmente aos colaboradores da Renault do Brasil pela dedicação e comprometimento, que contribuem para a sustentabilidade do negócio.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em Milhares de Reais - R\$)

	ATIVO				
	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.834.293	1.490.500	1.961.116	1.605.631
Contas e débitos a receber	10	1.201.527	801.193	1.258.877	843.608
Estoques	11	1.044.013	815.695	1.135.520	922.384
Impostos a recuperar	12	1.344.042	345.643	1.375.876	365.554
Despesas antecipadas		25.193	15.844	25.193	15.844
Outros ativos circulantes	13	181.477	442.702	105.294	366.591
		<b>5.690.645</b>	<b>3.881.980</b>	<b>5.865.876</b>	<b>4.023.252</b>
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	24	370.212	40.376	370.246	470.412
Impostos diferidos	23	-	-	74.783	104.593
Impostos a recuperar	12	185.198	237.709	185.198	238.150
		<b>555.410</b>	<b>792.474</b>	<b>579.517</b>	<b>813.495</b>
Investimentos	14	100.452	58.822	6	6
Intangível	15	2.807.584	2.992.288	2.949.201	3.140.117
		<b>4.089</b>	<b>9.579</b>	<b>4.090</b>	<b>9.579</b>
		<b>2.912.106</b>	<b>3.060.689</b>	<b>2.953.297</b>	<b>3.149.702</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.158.161</b>	<b>7.735.143</b>	<b>9.392.090</b>	<b>7.983.449</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)				
	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receita líquida de vendas</b>	27	8.526.011	13.012.208	8.999.962	13.910.192
Carro dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(8.050.936)	(11.112.726)	(8.241.799)	(11.904.919)
Lucro bruto		<b>475.075</b>	<b>1.899.482</b>	<b>758.163</b>	<b>2.005.273</b>
<b>Resultados (prejuízos) operacionais</b>					
Despesas operacionais	28	(826.774)	(1.070.257)	(859.579)	(1.068.089)
Provisão para perdas de créditos operacionais	28	(8.079)	(690)	(10.726)	(1.378)
Despesas gerais e administrativas	28	(880.338)	(957.407)	(955.851)	(1.023.248)
Resultados de equivalência patrimonial	14	41.830	8.820	-	-
Outros resultados operacionais líquidos	28	773.999	583.032	793.463	802.549
(Prejuízo) lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		<b>(228.420)</b>	<b>462.957</b>	<b>(105.596)</b>	<b>495.235</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Despesas financeiras	30	337.922	657.421	303.758	871.953
Resultados financeiros	30	(531.664)	(1.026.163)	(676.098)	(1.058.617)
Variação cambial líquida	30	(77.272)	(8.366)	(90.374)	(6.542)
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e do contribuinte social		<b>(469.432)</b>	<b>85.977</b>	<b>(419.201)</b>	<b>90.922</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(84.387)	(11.112)	(87.460)	(81)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<b>(553.819)</b>	<b>84.787</b>	<b>(506.661)</b>	<b>85.000</b>
Acionistas controladores		<b>(589.819)</b>	<b>84.787</b>	<b>(508.819)</b>	<b>84.787</b>
Acionistas não controladores		-	-	<b>754</b>	<b>233</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	17	1.571.446	1.995.031	2.000.216	2.010.835
Empréstimos e financiamentos	19	2.538.366	1.812.707	2.538.566	1.812.707
Arcadamentos a pagar	18/19	3.004	2.827	4.548	4.203
Debitores	19	-	25.039	-	25.039
Outros passivos circulantes	21	162.477	275.384	172.629	285.509
Imposto de renda e contribuição social a pagar		216.729	322.019	226.351	323.847
Obrigações sociais e previdenciárias		93.576	63.595	93.576	71.653
Obrigações tributárias	20	53.016	114.798	95.075	114.798
Provisões comerciais		20.169	89.321	18.360	90.776
Dividendos a pagar	71	80.614	117.073	80.614	117.073
Provisões para garantia		<b>3.198.176</b>	<b>4.589.926</b>	<b>5.201.121</b>	<b>4.664.353</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	19	1.630.897	102.821	1.600.887	102.821
Arcadamentos a pagar	18/19	1.120	10.356	176.107	180.887
Provisão para contingências	24	635.562	805.321	635.739	807.004
Provisão para garantia	21	114.864	156.684	114.864	156.684
Obrigações tributárias	24	106.682	124.102	106.682	124.102
Outros passivos		<b>58</b>	<b>1.392</b>	<b>59</b>	<b>1.331</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.459.183</b>	<b>3.000.599</b>	<b>2.628.247</b>	<b>3.172.809</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Reserva de substituição	22	2.399.899	2.393.863	2.393.693	2.393.899
Prejuízo acumulado		(1.299.301)	(1.230.366)	(1.299.501)	(1.230.366)
Resultado abrangente total do exercício		(2.102.392)	(1.478.838)	(2.102.392)	(1.478.838)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		<b>1.580.802</b>	<b>2.144.821</b>	<b>1.580.802</b>	<b>2.144.821</b>
Participação de não controladores		-	1.820	-	1.096
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.580.802</b>	<b>2.144.821</b>	<b>1.580.802</b>	<b>2.145.867</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>9.158.161</b>	<b>7.735.143</b>	<b>9.392.090</b>	<b>7.983.449</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)				
	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Atividades operacionais</b>					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(553.819)	84.787	(506.661)	85.000
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o resultado das atividades operacionais					
Depreciação e amortização	15 e 16	404.676	438.284	425.405	439.907
Provisão para impairment de ativos fixos	15	84.884	-	84.884	-
Depreciação de direito de uso	15 e 27	2.285	3.221	7.750	8.280
Reversão de custos a valor presente	21	1.753	2.828	1.753	2.828
Provisão para perdas de créditos operacionais	10	8.079	(2.869)	10.726	(5.355)
Provisão para perdas nos estoques	11	8.214	4.706	5.714	5.033
Equivalência patrimonial	14	(41.830)	(8.820)	-	-
Provisão para contingências	24	23.656	69.315	23.656	69.315
Provisões Azure	24	32.868	135.452	32.868	135.452
Provisão para garantia		43.345	27.438	43.345	27.438
Provisões comerciais		833.078	45.487	826.551	45.437
Atualização monetária dos débitos judiciais	24 e 30	(24.823)	(12.828)	(24.823)	(12,828)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	29	(30.477)	(35.062)	(30.477)	(35,062)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	84.387	1.112	87.460	6,533
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	(84.387)	(11,112)	(87,460)	(11,112)
Créditos de PIS e COFINS sobre ação Altrair	12	(805,900)	-	(805,900)	

Table with columns: Notas Explicativas, Capital social, Reserva de subvenção de investimentos, Reserva legal, (Prejuízos) acumulados, Reserva de Lucros, Participação de não controladores, Total. Rows include Saldos em 1º de janeiro de 2019, Lucro líquido do exercício, Reserva de subvenção de investimentos, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional A Renault do Brasil S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Renault, 1.300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma companhia anônima de capital fechado e parte integrante do Grupo Renault com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotores de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças de reposição.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19 A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o Coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020 como uma pandemia. O surto desencadeou decisões administrativas de governos e entidades do setor privado, que resultaram no impacto potencial do surto, aumentando o grau de incerteza para os agentes econômicos e podam gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Adesão ao sistema de trabalho "home office" Alinhamento de produção à demanda de mercado Programa de demissão voluntária - PDV Redução de custos fixos Negociação de benefícios e colaboradores com o sindicato da área Mudança na sua estratégia de participação de mercado, privilegiando sua rentabilidade unitária.

Nota explicativa 7 - reconhecimento de receita ativa da expectativa de devolução Nota explicativa 7 - reconhecimento e mensuração de provisão para garantias, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos Nota explicativa 10 - mensuração da perda de crédito esperada para o receber e ativos contábeis, principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

Mensuração do valor justo Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos do nível 3 com suporte direcional do Diretor Financeiro.

Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado. A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

Resultado operacional e expectativas para o ano subsequente No exercício final em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não controlado, reconheceu um prejuízo de R\$ 583.085 (lucro líquido de R\$ 35.000 em 2019). Este desempenho negativo foi resultado de queda de 39% na receita líquida de vendas da Companhia, que gerou redução do lucro bruto de R\$ 2.055.278 em 2019 para R\$ 526.163 no ano corrente. Embora a administração tenha adotado medidas de restrição de custos e despesas, as quais foram extremamente importantes para mitigar os efeitos negativos da pandemia sobre o desempenho da Companhia, estas não conseguiram alcançar determinados custos fixos, os quais foram os principais responsáveis pela redução da rentabilidade no exercício.

Resultado observado pelo Grupo Renault Em fevereiro de 2021, o Grupo Renault divulgou seus resultados demonstrando um faturamento de R\$ 4,3 bilhões de euros, 21% menor que o ano anterior. O Grupo afirma que, apesar de um primeiro trimestre fortemente impactado pela COVID-19, o segundo trimestre apresentou melhorias significativas resultantes do processo de aceleração de corte de custos fixos, e políticas de melhoria de preços. Adicionalmente, o Grupo realizou um ajuste de geração de caixa do Grupo, com um total de R\$ 1,2 bilhão de euros, o que constitui um ponto estratégico, que consiste em:

Mantê-lo fluxo de caixa livre em cerca de 4 bilhões de euros; e Manter os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e caixa em cerca de 8% das vendas. Adoção do princípio de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras Com base as informações acima, a Administração elaborou as presentes demonstrações financeiras considerando o princípio de continuidade operacional.

Relatório de entidades controladas Entidade Atividade principal País Controle Participação acionária % Renault do Brasil Comércio de peças, acessórios e componentes para veículos e partes relacionadas Brasil Direto 98,22% Concorco Comércio de peças relacionadas Brasil Direto 98,22% Participações Ltda. Veículos da marca Renault Brasil Direto 98,22%

Transações com partes relacionadas Conforme disposto na nota explicativa 20, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Referidas transações são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e de capital do Grupo Renault, as quais poderiam ser diferentes, caso realizadas com terceiros.

3 Base de preparação a. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. b. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

4. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. c. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

5. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. d. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

6. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. e. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

7. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. f. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

8. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. g. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

9. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. h. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

10. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. i. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

11. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. j. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

12. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. k. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

13. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. l. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

14. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. m. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

15. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. n. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

16. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. o. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

17. Declaração de conformidade As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. p. Emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2021.

função de serviço passado prestado pelo empregado e a migração possa ser estimada de maneira confiável. e. Subvenção e assistência governamental Uma subvenção governamental incondicional é reconhecida no resultado como Outras Receitas quando a subvenção seja formalmente recebida. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Despesas de imposto de renda e contribuição social A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo. As despesas de impostos de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado como Outras Receitas e Despesas Operacionais (Líquidas) em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

Diário Oficial Certificado Digitalmente

que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

Ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

(ii) Ações preferenciais
Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido...

(iii) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(iv) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(v) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(vi) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(vii) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(viii) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(ix) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(x) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

(xi) Provisão para contingências
Provisão para contingências é uma reserva constituída para cobrir possíveis perdas...

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Clientes nacionais, Clientes estrangeiros, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

Table with 4 columns: Item, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, etc.

que se refere a metodologia da exclusão do ICMS destacado e o Grupo aguarda a definição da metodologia pelo julgamento do Leading Case...

Registro do crédito no dia do trânsito em julgado 299.112 Outras receitas e despesas operacionais (receita)

Reversão da provisão constituída em anos anteriores 195.637 Outras receitas e despesas operacionais (despesa)

Constituição provisão decurso judicial (106.386) Outras receitas e despesas operacionais (despesa)

Honorários advocatícios (7.237) Outras receitas e despesas operacionais (despesa)

Adiantamentos a fornecedores 9.234 13.909 8.234 13.928 Adiantamentos colaboradores 62.264 145.006 62.681 146.076

Dividendos a receber 34.132 34.000 Outros (II) 15.457 189.781 32.979 206.325

Saldo inicial do investimento 58.822 67.581 Saldo final do investimento 100.452 58.822

Saldo inicial do investimento 58.822 67.581 Saldo final do investimento 100.452 58.822

Saldo inicial do investimento 58.822 67.581 Saldo final do investimento 100.452 58.822

**Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	2.992.286	2.890.576	3.140.117	3.044.967
Adições (a)	455.467	683.823	455.467	838.174
Exaustões	(153.912)	(147.833)	(153.912)	(291.984)
Depreciação - direito de uso (Impairment) (b)	(2.283)	(2.231)	(7.730)	(8.240)
Depreciação - imobilizado	(394.104)	(399.110)	(84.884)	-
Saldo no final do exercício	<b>2.907.564</b>	<b>2.997.286</b>	<b>2.949.201</b>	<b>3.140.117</b>

(a) Dentro do valor total de adições de 2020 o montante de R\$ 4,76 não foi pago dentro do exercício (R\$ 91,941 em 2019), o qual não teve efeito no fluxo de caixa do Grupo.  
 (b) Em 2020 um estudo detalhado revelou que a linha de produção do modelo X22 não atende a expectativa de recuperabilidade, necessitando de alterações substanciais em seu processo de fabricação. Assim, a Administração ajustou o valor recuperável da LIG6 (linha de produtos) em 2020 no valor de R\$ 84,884 e efetuou o ajuste para redução do ativo imobilizado no mesmo exercício.

**16 Intangível (controladora e consolidado)**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo no início do exercício	9.579	14.414	9.579	14.534
Adições	77	2.182	77	2.182
Amortização	(5.566)	(7.017)	(5.566)	(7.107)
Saldo no final do exercício	<b>4.090</b>	<b>9.579</b>	<b>4.090</b>	<b>9.579</b>

O Grupo efetuou análise sobre a recuperabilidade de seu intangível de acordo com o CPC 01, não identificando indicadores de existência de ativos não recuperáveis e, desta forma, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável do intangível foi constituído.

**17 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Nacional	714.810	621.992	720.651	669.024
Foras nacionais (nota 20)	26.103	18.210	8.954	76.303
Exterior	6.896	3.772	6.891	9.795
Foras reconhecidas (nota 20)	1.293.537	1.262.051	1.293.722	1.262.115
Saldo em 31 de dezembro	<b>1.871.436</b>	<b>1.966.031</b>	<b>2.000.118</b>	<b>2.010.835</b>

**18 Arrendamentos**  
 No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.  
 Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transfere a direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.  
 O Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los os

componentes de arrendamento a não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo do direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos adreais iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo do direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo do direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo do direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.  
 O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e faz alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.  
 Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:  
 • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na existência;  
 • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;  
 • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e;  
 • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir arrendamento a opção de rescindir o arrendamento.  
 O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores, ou se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, ajuste ou rescisão ou se não se um pagamento de arrendamento fixo variou em existência.  
 Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é estabelecido um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.  
 O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.  
**Arrendamentos de ativos de baixo valor**  
 O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

De acordo com o CPC 09 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados em acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

	Taxa anual de juros	Vencimento final	2020		2019	
			Indexador Pós-fixado	Circulante	Indexador Pós-fixado	Circulante
DEBÊNTURES	4,90%	18/03/2020	-	-	-	25.939

(i) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento  
 Os financiamentos junto a instituições financeiras foram contabilizados para capital de giro e outras operações, com as seguintes características:

	Controladora			Consolidado		
	Empres- mos e finan- ciamen- tos	Debitores	Arrend- amentos	Empres- mos e finan- ciamen- tos	Debitores	Arrend- amentos
Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2020	1.715.528	25.039	13.283	1.715.528	25.039	1.925.776
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-	-	-	-
Captações de empréstimos e financiamentos	5.199.684	(25.000)	(3.614.667)	5.199.684	(25.000)	(3.614.667)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(78.064)	(290)	(78.354)	(78.064)	(290)	(78.354)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(3.144)	-	-	(3.144)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.531.933	(25.290)	(3.144)	1.531.933	(25.290)	(3,866)
Variáveis dos fluxos de caixa de investimentos	-	-	-	-	-	-
Recebimento na liquidação de swap	722.563	-	-	722.563	-	722.563
Total das variações nos fluxos de caixa de investimentos	722.563	-	-	722.563	-	722.563
Impactos de resultado	-	-	-	-	-	-
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	125.544	251	123.795	125.544	251	123.795
Variação cambial sobre empréstimos	744.457	-	744.457	744.457	-	744.457
Provisão de Swap	(666.762)	-	(666.762)	(666.762)	-	(666.762)
Juros sobre empréstimos	-	-	327	-	-	32,72
Total das outras variações relacionadas com passivos	189.239	251	327	189.239	251	20,72
Transações que não afetam caixa	-	-	-	-	-	-
Reversão de contratos renegociados e encerrados	-	-	(12.577)	-	-	(12,577)
Novos contratos de arrendamentos	-	-	5.635	-	-	5,635
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	(6.942)	-	-	(6,942)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>4.139.263</b>	<b>25.039</b>	<b>4.124</b>	<b>4.139.263</b>	<b>25.039</b>	<b>4.313.916</b>

	Controladora			Consolidado		
	Empres- mos e finan- ciamen- tos	Debitores	Arrend- amentos	Empres- mos e finan- ciamen- tos	Debitores	Arrend- amentos
Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2019	2.410.369	125.280	2.435.649	2.410.369	125.280	2.708.830
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-	-	-	-
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	2.785.316	-	2.785.316	2.785.316	-	2.785.316
Pagamento de empréstimos	(3.685.592)	(100.000)	(3.785.592)	(3.685.592)	(100.000)	(3.785.592)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(97.254)	(241)	(97.295)	(97.254)	(241)	(117,358)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	(4.047)	-	-	(5,310)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(997.528)	(100,241)	(4,047)	(997,528)	(100,241)	(3,932)
Transferências entre grupos	-	-	-	-	-	-
Novos arrendamentos	-	-	15.308	-	-	173,190
Juros sobre arrendamentos a pagar	-	-	1.422	-	-	20,044
Recebimento na liquidação de swap	145.708	-	145.708	145.708	-	145,708
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	156.768	-	156.768	156.768	-	156,768
Total das outras variações relacionadas com passivos	302.496	-	17,330	319,826	-	209,142
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<b>1.715.528</b>	<b>25.039</b>	<b>13,283</b>	<b>1.715.528</b>	<b>25.039</b>	<b>1.925.776</b>

**20 Partes relacionadas**  
 Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios relativos a operações com empresas relacionadas, foram realizadas em condições específicas pactuadas entre as partes que foram em consideração as políticas internas para transações no Grupo, o portanto, poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

	Controladora				Consolidado			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo								
Aplicações financeiras su- Cíentex (nota 10)	380.464	14.057	204.806	16.096	1.165.416	735.669	987.841	207.185
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	94.128	-	-	-	34.122	34.000	-	-
Título do ativo	600.645	198.179	204.806	17.306	1.203.755	1.180.017	987.841	207.185
Passivos								
Royalties a pagar	53.516	-	-	-	53.515	63,595	53,516	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	16.835	-	-	-	14	18,940	18,946	-
Subtotal	69.351	-	-	-	67,969	82,535	72,462	-
Fornecedores (nota 17)	1.154.700	223	503.648	96.937	1.302.598	1.334.267	1.154.700	507,33
Outros passivos	1.224.563	223	503.648	96.937	1.279.023	1.487.183	1.225.971	507,33
Transações								
Compras	2.562.029	793	150.171	3.969.330	6.672.533	9.617.175	2.522.464	150,171
Royalties	117.236	-	-	-	117,236	212,106	117,236	-
Despesas Financeiras	-	-	-	-	83.959	-	-	-
Total de despesas	2.724.345	793	150,171	3.969,330	6.842,299	9.837,236	2.724,345	150,171
Vendas e outras receitas	2.135.741	166,361	1.172,559	5.622,482	8.106,063	14.130,982	8.136,741	1.172,559
Receitas Financeiras	-	-	-	-	1	18,697	-	-
Total receitas	2.135.741	166,361	1.172,559	5.622,483	8.106,064	14,158,679	8.136,741	1,172,559

(a) As aplicações financeiras com partes relacionadas estão assim representadas:  

Empresa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Result Finance	1.217	150	-	-
RCI Banque Brasil	-	-	350.161	-
Total	<b>1.217</b>	<b>300,161</b>	<b>350,161</b>	<b>-</b>

As principais empresas ligadas com as quais o Grupo mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), Renault (Colômbia), Comersa (Chile), Nissan do Brasil.  
**a. Compras de peças de reposição**  
 As peças de reposição importadas pelo Grupo junto às empresas relacionadas: Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, na sua totalidade, vendidas à controlada Result do Brasil Comércio e Participações Ltda.  
**b. Remuneração do pessoal chave da Administração**  
 Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração foi de R\$ 3,493 (R\$ 5,671 em 31 de dezembro de 2019).  
 A remuneração total é composta por salários, bônus performance e benefícios considerando as práticas de mercado.  
**21 Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IPF	2020	2019	2020	2019
ICMS a recolher (a)	37.956	72.925	37.956	72.925
Impostos sobre importação	31.844	64.287	45.562	73.472
PIS/COFINS	2.114	26.078	2.424	26,325
IRRF e CIDE sobre royalties	15.547	16.704	15,547	16,704
Patrimônio FERT (b)	11.846	11,556	11,846	11,556
ISS	13.094	10,479	13,337	10,763
IRRF sobre JFCPT	-	12,002	-	11,269,4
IRRF	13.851	19,004	14,133	18,272
Total	<b>162.147</b>	<b>275,354</b>	<b>172,829</b>	<b>285,902</b>

em 20 de setembro de 2017 o Grupo aderiu ao FERT (Programa especial de regularização tributária instituído pelo LIP 783 e posteriormente convertido na Lei 13.496. O parcelamento foi devidamente deferido e consolidado pela Secretaria da Receita Federal. O Grupo não discutiu judicialmente esta obrigação líquida, cujo processo, a partir da referida data foi extinto em decorrência da adesão ao FERT, fazendo com que os valores, até então contabilizados na provisão para contingências, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. Os efeitos da renegociação foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração do resultado.  
**22 Capital social**  
 O capital social subscreito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Leasing financeiro	4,47%	31/12/2020	-	74
Leasing financeiro	10,13%	31/12/2020	-	271
Leasing financeiro	7,83%	01/12/2023	504	1.063
Leasing financeiro	4,47%	01/12/2023	402	2.200
Leasing financeiro	4,47%	01/12/2024	1.354	5.364
Leasing financeiro	4,47%	01/01/2026	300	469
Leasing financeiro	10,37%	01/09/2030	444	1.120
Leasing financeiro	10,37%	01/04/2048	1.544	198,587
Saldo em 31 de dezembro			<b>4.548</b>	<b>10.927</b>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	12.677	157.029	-	-
Novos contratos registrados	5.395	15.908	5.395	165.269
Rescisões	(12.677)	(12,677)	-	-
Depreciação	(2.285)	(3.231)	(7.750)	(8.240)
Saldo em 31 de dezembro	<b>3.350</b>	<b>12.677</b>	<b>142,237</b>	<b>157,029</b>

Abaixo demonstramos a movimentação do direito de uso no exercício:  

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo em 1 de janeiro	12.677	157.029	-	-
Novos contratos registrados	5.395	15.908	5.395	165.269
Rescisões	(12.677)	(12,677)	-	-
Depreciação	(2.285)	(3.231)	(7.750)	(8.240)
Saldo em 31 de dezembro	<b>3.350</b>	<b>12.677</b>	<b>142,237</b>	<b>157,029</b>

Abaixo demonstramos a movimentação do passivo de arrendamento no exercício:  

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo de arrendamento	2020	2019	2020	



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores da  
Renault do Brasil S.A.  
São José dos Pinhais - Paraná

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumrimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.  
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
- Concluímos sobre a adequação do uso da administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.  
- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.  
Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da atuação de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de abril de 2021  
KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-044280-6-F-PR  
Cristiano Aurélio Krug  
Contador CRC PR-054385-0-0

811712019

LEPANTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ 78.773.454/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO em reais

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVO</b>	<b>7.557.924,86</b>	<b>7.551.889,03</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>7.557.924,86</b>	<b>7.551.889,03</b>
ATIVO CIRCULANTE	401.277,31	1.017.931,69	PASSIVO CIRCULANTE	1.408,63	2.800,80
DISPONIBILIDADES	401.277,31	1.017.931,69	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	1.408,63	2.800,80
CAIXA	-	-	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A LUCRO	1.202,62	2.375,82
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.750,34	17.931,59	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECEITAS	206,01	425,08
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	395.529,97	1.000.000,00	CONTAS A PAGAR	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.156.647,54	6.533.957,44	CONTAS A PAGAR	-	-
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.141.425,76	830.825,76	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	546.430,89	546.430,89
EMPRESTIMOS A PESSOAS LIGADAS	1.141.425,76	830.825,76	OPERAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS	546.430,89	546.430,89
INVESTIMENTOS	4.764.489,48	4.393.446,26	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.008.085,33	7.008.687,24
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	4.764.489,48	4.393.446,26	CAPITAL	6.434.596,50	6.434.596,50
IMOBILIZADO	1.256.723,30	1.309.565,42	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	-	-
BENS E DIREITOS EM USO	1.684.331,46	1.884.231,46	CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	-	-
(-) DEPRECIAMORTACUMULADA	(433.600,16)	(374.745,04)	RESERVAS	551.764,31	551.764,31
			RESERVAS DE CAPITAL	375.742,50	375.742,50
			RESERVAS DE LUCROS	176.021,81	176.021,81
			LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	21.724,52	14.296,43
			LUCROS ACUMULADOS	21.724,52	14.296,43

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em reais**

Nome	31/12/2020	31/12/2019
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	7.008.687,24	6.987.770,17
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.428,09	12.887,07
RESERVAS DE CAPITAL	-	-
AUMENTOS DE CAPITAL	-	-
Investimentos dos Sócios	-	-
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO/DESTINAÇÃO DO LUCRO	-	-
Reserva Legal	-	-
TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS	-	-
DIVIDENDOS E LUCROS A DISTRIBUIR	-	-
Dividendos e Lucros a Distribuir	-	-
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	7.008.085,33	7.008.657,24

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS em reais**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>14.296,43</b>	<b>1.409,36</b>
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.428,09	12.887,07
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO/DESTINAÇÃO DO LUCRO	-	-
LUCROS INCORPORADOS AO CAPITAL SOCIAL	-	-
Aumento de Capital Social com Lucros	-	-
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS	-	-
Reserva Legal	-	-
DIVIDENDOS E LUCROS A DISTRIBUIR	-	-
Dividendos e Lucros a Distribuir	-	-
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	21.724,52	14.296,43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Lepanto Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Lepanto"), com sede na Rua São Bento, 1807, no município de Curitiba, Estado do Paraná, constituída em 29 de maio de 1995, é uma Companhia de capital fechado. A Companhia tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades, com o interesse de investimento como acionista ou quotista ou através de negociações em Bolsas de Valores, podendo as empresas objeto das inversões financeiras, terem suas sedes no Brasil ou no Exterior e alugar de imóveis próprios. A Companhia é tributada pelo lucro presumido para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e pelo critério de cumulatividade para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).  
**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/09, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação de relatório, essa conjunto de regras é denominado "BR GAAP".  
**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios e períodos apresentados e para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP).  
a) Moeda funcional e de apresentação  
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).  
b) Transações e saldos em moeda estrangeira  
As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.  
c) Caixa e equivalentes de caixa  
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO em reais

	31/12/2020	31/12/2019
<b>RECEITAS</b>	<b>88.426,36</b>	<b>117.794,82</b>
RECEITAS OPERACIONAIS	88.426,36	117.794,82
RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	88.426,36	117.794,82
DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS	(2.487,57)	(4.299,51)
IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	(2.407,57)	(4.299,51)
RECEITA LÍQUIDA	65.928,76	113.495,31
RESULTADO BRUTO	65.928,76	113.495,31
<b>DESPESAS</b>	<b>(103.953,02)</b>	<b>(81.561,60)</b>
DESPESAS OPERACIONAIS	(79.416,79)	(78.787,57)
DESPESAS GERAIS	(79.416,79)	(78.787,57)
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	(1.010,67)	(1.130,72)
JURDOS E DESCONTOS	-	-
DESPESAS BANCÁRIAS	(1.010,67)	(1.130,72)
DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTARIAS	(23.535,56)	(11.632,86)
IMPOSTOS	(23.535,56)	(10.851,96)
MULTAS	-	(780,90)
RESULTADOS OPERACIONAIS/ PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS	-	-
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-
DIVIDENDOS E LUCROS RECEBIDOS	-	-
RECEITAS FINANCEIRAS	86.482,47	-
GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	86.482,47	-
RESULTADO OPERACIONAL	48.448,23	21.933,71
ALIENAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO	-	-
RESULTADO ALIENAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	48.448,23	21.933,71
PROVISÃO PARA IMPOSTOS SOBRE LUCRO	(41.020,14)	(9.046,64)
IMPOSTO DE RENDA	(31.266,04)	(5.654,15)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.754,10)	(3.392,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.428,09	12.887,07

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO em reais

Nome	31/12/2020	31/12/2019
<b>OPERACIONAIS</b>	<b>245.601,06</b>	<b>-287.847,84</b>
Recebimento de clientes	68.426,36	117.794,82
Juros recebidos	-	-
Outros recebimentos	86.482,47	-
Pagamento a fornecedores	(13.800,00)	(13.447,00)
Pagamento a empregados	-	-
Pagamento de tributos	(44.858,93)	(13.054,28)
Juros pagos	-	-
Despesas gerais	(30.289,23)	(17.305,81)
Outros Pagamentos	(311.563,72)	(361.911,67)
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>(371.953,22)</b>	<b>290.000,00</b>
Ativo Imobilizado	-	-
Investimentos	(371.953,22)	290.000,00
<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Empréstimos	-	-
Integrações de capital	-	-
<b>Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(-616.654,28)</b>	<b>2.052,06</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>401.277,31</b>	<b>1.017.931,69</b>
No início do Período	1.017.931,59	1.015.879,53
No final do Período	401.277,31	1.017.931,59
<b>Varição</b>	<b>(-616.654,28)</b>	<b>2.052,06</b>

DIRETORIA

Giselly Ap. Bordignon Beckel  
Controladora  
CRC/PR 0489880-0-0  
Lívio Batista De Melo  
Diretor-Presidente

Curitiba, 08 de Março de 2021.

81049/2021

# República Federativa do Brasil

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional  
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná



**SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO**  
**1º OFÍCIO**

**BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO**  
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230  
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 0769	Folha 112	Rubrica
Cod.Esc. 0070	P. interno 0555/22	Página 001

**Procuração bastante que faz: RENAULT DO BRASIL S.A., na forma abaixo declarada:**

*/\*/S/A//B//M//\*/* quantos este público instrumento de Procuração bastante virem, que aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois (**22/02/2022**), nesta Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, em Cartório perante mim, Escrevente do Primeiro Tabelião que esta subscreve, compareceu como outorgante, **RENAULT DO BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Renault, nº 1300, Borda do Campo, nesta cidade de São José dos Pinhais-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.913.443/0001-73, sendo neste ato representada por seus Diretores: RICARDO YUJI GONDO, brasileiro, casado, diretor, portador da Cédula de Identidade nº 15.488.790-0/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 161.337.248-54; e, BRUNO CAVALCANTI HOHMANN, brasileiro, casado, diretor, portador da Cédula de Identidade nº 7.258.638-7/SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 031.934.199-23; ambos com escritório profissional no endereço supra mencionado; conforme Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2019 - Consolidação do Estatuto Social devidamente registrada na Junta Comercial deste Estado sob 20191025070 em 10/05/2019; Ata da Reunião de Diretoria, realizada no dia 29 de abril de 2019, devidamente registrada no mesmo Órgão em 10/05/2019 sob nº 20191025062; os quais encontram-se arquivados as folhas 15/40 do livro nº 431 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial; Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de julho de 2020, devidamente registrada na mesma Junta em 29/09/2020 sob nº 20200374591; Ata de Reunião da Diretoria, realizada no dia 11 de novembro de 2020, devidamente registrado na mesma Junta em 23/11/2020, sob nº 20200418700, os quais encontram-se arquivados as folhas 178/187 do livro nº 500 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial; Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021, devidamente registrada na mesma Junta em 28/05/2021 sob nº 20212889265, a qual encontra-se arquivada as folhas 43/54 do livro nº 518 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial; e Certidão Simplificada, emitida pelo mesmo órgão em 07/02/2022, a qual fica arquivada as folhas 121/122 do livro nº 545 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial. A presente, pessoa identificada por mim e pelo Primeiro Tabelião, conforme documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé. E pela outorgante, me foi dito que por este público instrumento de procuração e na melhor forma de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora **THAISE CRISTHIE SELBACH SCHMIDT**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob o n.º 93.982, inscrita no CPF/ME sob o nº 091.974.509-10; **ANA JÉSSICA BUTTNER DA SILVA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PR sob o n.º 83.849, inscrito no CPF/ME sob o nº 088.642.799-11; ambas com endereço profissional na Rua Batista da Costa, n.º 1038, na Cidade de Curitiba, Paraná, CEP: 81810-190., aos quais conferem e delegam poderes especiais para, sempre em conjunto, representarem a outorgante e suas filiais junto a quaisquer instituições, sejam elas de natureza pública ou privada, em todos os atos pertinentes a licitações, exceto a assinatura de propostas e ofertas em licitações, bem como de contratos governamentais, as quais ficarão restritas a diretor(es) estatutário(s) ou procurador(es) internos da Renault do Brasil S.A. com poderes para tanto, podendo praticar atos como: a) retirar editais; b) apresentar impugnações; c) pedidos de esclarecimentos; c)

Scheila Aparecida Lemes de Moraes  
Escrevente

# República Federativa do Brasil



Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional  
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná

**SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO**  
**1º OFÍCIO**

**BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO**  
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230  
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 0769	Folha 113	Rubrica 9
Cod.Esc. 0070	P. interno 0555/22	Página 002

alterações, recursos e defesas administrativas; d) efetivar e atualizar cadastro da empresa em sistemas eletrônicos e registro de fornecedores; e) apresentar documentos para fins de cadastros e/ou sua regularização; f) realizar notificações extrajudiciais, denúncias e representações em face de órgãos e seus gestores, e praticar enfim, todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, ademais, **ficando vedado** o substabelecimento com reserva de iguais poderes. A presente procuração terá validade até o dia **01/02/2024**, sem prejuízo da prerrogativa do cancelamento a qualquer tempo. (sob minuta). *Certifico que as informações, bem como os demais elementos constantes do presente mandato, se constituíram por mera declaração dos outorgantes, os quais assumem a responsabilidade civil e criminal nos termos da lei por sua veracidade, devendo os documentos comprobatórios atualizados serem exigidos diretamente pelos órgãos competentes.* E de como assim o disse do que dou fé, pedi-me e eu lhe lavrei este instrumento, que depois de lido e achado em tudo conforme, aceita, outorga e assina, dispensando a presença e as assinaturas das testemunhas na forma do que lhes faculta o contido no Art. 676, do Provimento nº 270/2017 da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, tudo perante mim, (A.) **SCHEILA APARECIDA LEMES DE MATOS - ESCRIVENTE** que a escrevi. Eu **Bel. DALTON BISHOP CORDEIRO - Primeiro Tabelião**, que a subscrevo. São José dos Pinhais, 22 de fevereiro de 2022 (AA.) RICARDO YUJI GONDO, BRUNO CAVALCANTI HOHMANN. Nada mais. Traslada em seguida, conferi e dou fé. Eu \_\_\_\_\_, Primeiro Tabelião, que o fiz digitar, subscrevo, dato e assino em público e raso. Custas V.R.C. 394,62 = R\$ 97,08; ISS = R\$ 1,94; Funrejus = R\$ 24,26; FUNDEP = R\$ 4,85; Selo = R\$ 2,04. O instrumento foi protocolado sob nº 00651/2022, no livro de protocolo geral nº 53, em data de 22/02/2022.

Selo número: 1124X.FAqtp.rqYsl-Hmbn7.Oru4W



São José dos Pinhais, 22 de fevereiro de 2022.

Em Testemunho \_\_\_\_\_ da Verdade.

*Scheila Aparecida Lemes de Matos*  
Escrevente





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria do Sistema Socioeducativo

Despacho - SEJUS/SUBSIS

Brasília-DF, 18 de outubro de 2022.

À CPL

Em atenção ao Despacho SEJUS/CPL (98020938), que encaminha Pedido de Esclarecimento e Impugnação Renault, tecemos os comentários abaixo.

*Por todo o exposto, requer-se:*

(...)

*b) O esclarecimento se poderá ser aceita a garantia de fábrica de 12 (doze) meses ou 100 mil quilômetros:*

Esclarece-se que a garantia deverá ser fornecida por, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, conforme preconizado no Edital. Contudo, cumpre salientar que durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi avaliada a quilometragem média dos veículos atuais desta Pasta utilizados nas medidas socioeducativas. Constatou-se que os veículos com quilometragem acima de 100 mil quilômetros possuem ano de fabricação anterior a 2018/19, sendo que dos 20 (vinte) veículos nesta situação, 19 (dezenove) tem fabricação anterior a 2015.

Em que pese a preocupação da empresa sobre a rodagem dos automóveis, informamos que o histórico desta Subsecretaria demonstra que a quilometragem exemplificada, 100 mil quilômetros, não foi alcançada durante os primeiros 12 meses de utilização dos veículos atuais.

*c) A alteração do prazo de entrega de 150 (cento e cinquenta) dias para 180 (cento e oitenta) dias:*

Considerando que o argumento utilizado pela empresa para alteração do prazo foi a pandemia, realizou-se consulta no Portal de Compras, visando a análise de licitações com objetos similares, realizadas no Distrito Federal no último ano, ou seja, em condições semelhantes.

	UASG/Órgão	Pregão	Prazo (em dias)	Qtde empresas participantes	Resultado
1	974002	17/2022	60	0	Deserto
2	70001	87/2021	120	3	Adjudicado
3	TSE	24/2022	120	0	Deserto
4	910809	79754/2022	120	4	Adjudicado
5	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE	68761/2021	120	0	Deserto
6	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO	23/2021	120	1	Cancelado na adjudicação
7	PMDF	34/2021	150	pelo menos 1	Adjudicado
8	926015	6/2022	150	2	Cancelado no julgamento
9	Ministério da Justiça e Segurança Pública	17/2021	150	0	Deserto
10	927507	08/2021	150	3	Adjudicado
11	170010	8/2021	160*	5	Adjudicado
12	200100	1/2022	180	pelo menos 1	Cancelado no julgamento
13	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	8/2022	180	pelo menos 1	Adjudicado
14	110001	7/2022	180	2	Adjudicado
15	393003	75/2022	210	3	Cancelado no julgamento

Assim, tem-se que das 15 (quinze) licitações encontradas, 10 (dez) encontram-se com o mesmo prazo ou menor do presente Edital. Destas, 4 (quatro) processos obtiveram vencedores, 4 (quatro) foram desertos e 2 (dois) cancelados por motivos alheios à concorrência. Assim, entende-se que o prazo está dentro do praticado pela Administração Pública e que permite a ampla participação.

Ante o exposto, bem como as necessidades desta Pasta, optou-se por manter o prazo original previsto, não acatando o pedido de impugnação da cláusula.

Em caso de dúvidas, estamos à disposição.

Atenciosamente,

EQUIPE DE PLANEJAMENTO



Documento assinado eletronicamente por **LILIANE ALVES BASTOS - Matr.0245722-9, Diretor(a) de Transportes**, em 20/10/2022, às 10:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JANAINA GUERRA DE MIRANDA - Matr.0221196-3, Diretor(a) de Semiliberdade**, em 20/10/2022, às 10:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=98028418&codigo\\_CRC=C9B229CE](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=98028418&codigo_CRC=C9B229CE).

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

3213-0661

00400-00007557/2022-18

Doc. SEI/GDF 98028418